



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025 SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 062/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2025

O Município de Nova Aurora, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.859/0001-52, com sede à Rua São João nº 354, Centro, em Nova Aurora, Estado do Paraná, torna público, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, processada às disposições contidas nos seguintes instrumentos e suas alterações: Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal 2.189/2023, Decretos Municipais 99/2023, 110/2023, 505/2023, 81/2024, 90/2024 e 583/2024, além de demais legislações aplicáveis e condições estabelecidas pelo presente Edital e seus Anexos.

Objeto				
Seleção de propostas visando o registro de preços para a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de lousas digitais interativas, com capacitação de professores, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Nova Aurora.				
Valor total estimado				
R\$ 1.144.515,00 (um milhão cento e quarenta e quatro mil quinhentos e quinze reais).				
Modo de disputa	Registro de Preços	Crit. de julgamento	Vistoria?	Garantia de Exec.
Aberto	Sim	Menor preço por item	Não	Não
Licit. exclusiva p/ ME/EPP?	Cota reservada p/ ME/EPP?	Exige apresentação de amostra?	Exige apresentação de catálogo?	
Não	Não	Não	Sim	

DATAS E HORÁRIOS IMPORTANTES (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF)	
Recebimento de propostas	Abertura da licitação (fase competitiva)
Até as 08h do dia 29/07/2025	A partir das 08h15min do dia 29/07/2025

Sistema eletrônico utilizado:	Edital e informações disponíveis em:
O pregão será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases, através do sistema: Compras.gov.br, https://www.gov.br/compras/pt-br , sendo que a observância das datas e horários limites é de total responsabilidade dos interessados.	www.novaaurora.pr.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



1. DO OBJETO, VALOR MÁXIMO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. Registro de preços para a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de lousas digitais interativas, com capacitação de professores, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Nova Aurora.

1.2. Havendo divergências entre as especificações dos itens constantes no **Compras.gov.br** e neste **Edital**, prevalecerão as **últimas**, ou seja, as do **Termo de Referência do Edital**.

1.3. As aquisições serão feitas parceladas e conforme a demanda do órgão, não sendo possível determinar previamente os quantitativos a serem adquiridos a cada pedido.

1.4. O valor estimado para esta licitação é **R\$ 1.144.515,00 (um milhão cento e quarenta e quatro mil quinhentos e quinze reais)**.

1.5. As despesas provenientes deste processo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Funcional	Natureza da despesa	Código da despesa	Fonte
06	004	12.361.0036.1112	4.4.90.52.00	288	000
06	004	12.361.0036.1112	4.4.90.52.00	288	103
06	004	12.361.0036.1112	4.4.90.52.00	288	104
06	004	12.361.0036.2260	4.4.90.52.00	305	104
06	004	12.361.0036.2262	4.4.90.52.00	325	000
06	004	12.361.0036.2262	4.4.90.52.00	325	103
06	004	12.361.0036.2262	4.4.90.52.00	325	104
06	004	12.361.0049.1110	4.4.90.52.00	328	000
06	004	12.361.0049.1110	4.4.90.52.00	328	103
06	004	12.361.0049.1110	4.4.90.52.00	328	104
06	004	12.361.0078.1111	4.4.90.52.00	333	000
06	004	12.361.0078.1111	4.4.90.52.00	333	103
06	005	12.365.0035.2264	4.4.90.52.00	348	000
06	005	12.365.0035.2264	4.4.90.52.00	348	103
06	005	12.365.0035.2264	4.4.90.52.00	348	104
06	005	12.365.0035.2265	4.4.90.52.00	361	000
06	005	12.365.0035.2265	4.4.90.52.00	361	103
06	005	12.365.0049.1114	4.4.90.52.00	369	000
06	006	12.367.0075.2267	4.4.90.52.00	379	000
06	007	12.361.0006.2268	4.4.90.52.00	391	000
06	007	12.361.0006.2268	4.4.90.52.00	391	103

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimentos sobre seus termos, no prazo de até 3 (três) dias úteis, anteriores à data da abertura da sessão pública do pregão, sendo que o pedido de esclarecimento/impugnação deverá ser encaminhado ao e-mail: licitacao@novaaurora.pr.gov.br ou protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura, situado no endereço disposto no preâmbulo deste edital.

2.2. Para pessoa jurídica, visando a legitimidade da **impugnação**, esta deve estar acompanhada de documento que confira os devidos poderes ao representante legal da empresa (Procuração, Contrato Social, Ato Constitutivo, Estatuto ou outro documento congêneres).

2.3. A resposta ao pedido de esclarecimento ou à impugnação será divulgada no sistema eletrônico e também no Portal de Licitações do site oficial da prefeitura, em até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, prazo este limitado ao último dia útil que antecede a abertura do certame.

2.4. Os pedidos de esclarecimento/impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

2.5. Acolhida a impugnação, o edital será devidamente alterado e será designada nova data para a realização do certame (exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas).

2.6. Os casos excepcionais de concessão de efeito suspensivo serão motivados pelo pregoeiro, nos



autos do processo da licitação.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1.** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade dos preços ofertados é o **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo como referência o valor máximo dos itens, fixado no Termo de Referência (**Anexo I**).
- 3.2.** Deverá ser observado o critério de valor máximo, sob pena de **desclassificação** da proposta/lance, se, mesmo após a negociação, o valor ainda for superior ao máximo para o item/lote.

4. DO CREDENCIAMENTO À PLATAFORMA ELETRÔNICA

- 4.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 4.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 4.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para executar as transações inerentes a este Pregão.
- 4.4.** A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.5.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema.
- 4.6.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.7.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E IMPEDIMENTOS

- 5.1.** **Poderão participar** da licitação pessoas físicas ou jurídicas regularmente estabelecidas no país com ramo de atuação compatível ao objeto da licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
- 5.2.** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas constante no Edital, e conforme orientações do item **4. do Edital**.
- 5.3.** **Não poderão** disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista



ou civil com dirigente ou colaborador da Prefeitura Municipal de Nova Aurora que desempenhe função pertinente ao processo de licitação, que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- g) empresas que constem no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Portal da Transp. do Gov. Federal e/ou Cadastro de Impedidos de Licitar, do TCE-PR.

5.4. O impedimento de que trata a alínea **c)** deste subitem será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.5. A participação nesta licitação implica a aceitação das condições estabelecidas neste edital, em seus anexos e também na legislação aplicável.

6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1. A licitação será conduzida por Pregoeiro designado, que terá, dentre outras, as funções de:

- I. receber, avaliar e decidir/responder os pedidos de esclarecimentos e/ou as impugnações ao Edital e Anexos;
- II. iniciar e conduzir a sessão pública da licitação
- III. analisar a aceitabilidade das propostas e, então, levá-las para a próxima fase;
- IV. desclassificar as propostas, justificando tal ação;
- V. coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;
- VI. verificar e julgar as condições de habilitação dos licitantes classificados;
- VII. sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;
- VIII. declarar os licitantes vencedores, quando for o caso;
- IX. se houver, receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;
- X. encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a adjudicação e homologação;
- XI. propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação, se for o caso;
- XII. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade, se for o caso.

6.2. O Pregoeiro tem poderes para convocar e conduzir os trabalhos da Equipe de Apoio e pode solicitar auxílio formal à mesma, bem como aos responsáveis pela elaboração de documentos pertinentes a licitação ou à Assessoria Jurídica, a fim de subsidiar suas decisões.

6.3. Em qualquer fase da licitação, o Pregoeiro poderá promover diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, tanto quanto às propostas de preço, quanto à habilitação, **sendo vedada** a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública, exceto nos casos previstos no artigo 64 da Lei Federal n.º 14.133/21.

7. DA EXCLUSIVIDADE ÀS MICROEMPRESAS E EMP. DE PEQUENO PORTE

7.1. Nesta licitação, a disputa é destinada a ampla concorrência, dado ao valor total do item.

7.2. A definição de ME e EPP consta no Capítulo II do mesmo corpo normativo, art. 3º e seguintes.

7.3. Aplicam-se às microempresas e Empresas de Pequeno Porte, doravante denominadas ME e EPP, tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de



2006, mormente Capítulo V, Do Acesso aos Mercados, artigos 42 a 49 e Lei Municipal 1302/09, de 23 de abril de 2009.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 8.1.** O cadastramento da proposta eletrônica, ocorrerá através do acesso identificado, com chave e senha, e pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências deste Edital e Anexos, até a data e horário limites dispostos neste Edital;
- 8.2.** O encaminhamento da proposta eletrônica se dará EXCLUSIVAMENTE por meio do sistema eletrônico, não sendo aceitos envios por e-mail, WhatsApp ou qualquer outro meio.
- 8.3.** Até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 8.4.** O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 8.5.** A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.
- 8.6.** Ocorrendo discordância entre o valor unitário e o total, prevalecerá o primeiro.
- 8.7.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- a)** valor unitário e/ou total do item/lote, **ou** percentual de desconto (quando o critério de julgamento for “maior desconto”); com até **duas casas após a vírgula**;
 - b)** marca/fabricante;
 - c)** descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do item no Termo de Referência, indicando, no que for aplicável e quando for o caso, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, entre outros.
- 8.8.** Se o sistema eletrônico, por acaso, não dispor de algum dos campos acima, dispensa-se o preenchimento, desde que a informação possa ser sanada sem prejuízos a competição do certame.
- 8.9.** A validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 8.10.** O licitante não deverá se identificar de forma alguma, através do preenchimento da proposta eletrônica cadastrada, sob pena de **desclassificação**.
- 8.11.** No caso de marcas próprias, identificar “PRÓPRIA”, e nunca termos que permitam a identificação do licitante.
- 8.12.** **Não** será permitido ao licitante oferecer **proposta parcial**, ou seja, com quantidade do item/lote inferior àquelas constantes no Termo de Referência.
- 8.13.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 8.13.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 8.13.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 8.13.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 8.13.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.14.** A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



9. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1.** A partir do horário previsto neste edital, terá início a abertura da sessão pública, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>, sendo a primeira fase a de análise das propostas.
- 9.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes dar-se-á exclusivamente através de mensagens em campo próprio de cada item/grupo disputado.
- 9.3.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 9.4.** O pregoeiro então iniciará a avaliação das propostas, podendo desclassificar as que não estejam de acordo com as exigências do instrumento convocatório (edital).
- 9.5.** A desclassificação de uma proposta sempre será fundamentada e registrada no sistema.
- 9.6.** Então, a partir do horário previsto para início da etapa de lances, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 9.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 9.8.** Somente serão aceitos lances, de um mesmo fornecedor, caso o lance seja de valor inferior ao último registrado no sistema por esta mesma empresa ou inferior ao menor dos lances.
- 9.9.** A diferença mínima entre cada lance constará em cada item/grupo, no próprio sistema eletrônico.
- 9.10.** Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados do valor, em tempo real, do menor lance registrado. Não haverá a identificação dos licitantes pelo sistema.
- 9.11.** Será adotado o modo de disputa **ABERTO**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado.
- 9.12.** No modo de disputa **ABERTO**, a fase de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.13.** A prorrogação automática de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva, sempre que houver lances enviados dentro deste período de prorrogação.
- 9.14.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem **9.13.**, a disputa do item/grupo será encerrada automaticamente.
- 9.15.** As propostas de licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.16.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada nos termos do subitem acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos – controlados pelo sistema – contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.17.** Caso a licitante classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrarem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.18.** O disposto no subitem acima somente será aplicável quando a melhor proposta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 9.19.** O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 10.1.** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na LC nº 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21, se não



houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.2. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, no caso de ausência de envio de lances após o início da fase competitiva.

11. DA NEGOCIAÇÃO FINAL

11.1. Após o encerramento da etapa de lances, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.2. O Pregoeiro poderá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DO ENVIO E ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇOS ATUALIZADA

12.1. A proposta de preços readequada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares necessários para esta etapa ou para confirmar determinada condição, deverá ser anexada pelo licitante melhor classificado para o(s) item(ns)/lote(s), exclusivamente no sistema eletrônico e no prazo de até 02 (duas) horas, contadas da convocação por parte do Pregoeiro.

12.2. Documentos complementares a serem anexados juntamente com a proposta:

12.2.1. A licitante vencedora, deverá anexar, no sistema:

- a) Catálogo original do fabricante dos produtos, ou, prospecto/folder acompanhado do site do fabricante para verificação das informações, caso houver;
- b) Será aceito catálogo impresso via internet do site oficial do fabricante, desde que apresentados no idioma oficial do Brasil (será verificada a autenticidade do catálogo apresentado junto ao site);
- c) Caso o produto seja de fabricação própria da empresa, a mesma deverá apresentar documento contendo as especificações do produto.

12.3. Os documentos técnicos apresentados deverão comprovar o pleno atendimento do objeto licitado, com as especificações contidas neste instrumento.

12.4. Os documentos técnicos apresentados serão analisados pela comissão nomeada através da **PORTARIA Nº 334/2025**, composta pelos servidores Anderson Arlindo Cancellier, Guilherme Felipe Ferreira e Gevaine Debora Brustolin Lima.

12.5. A análise dos documentos técnicos será realizada em até 2 (dois) dias úteis.

12.6. O prazo de envio da proposta e documentação complementar, sendo o caso, poderá ser prorrogado, por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

12.7. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.8. A convocação para anexar a proposta atualizada dar-se-á via mensagem em campo próprio do sistema, devendo os licitantes atentarem-se às comunicações.

12.9. A proposta readequada deverá ser/conter:

12.9.1. Proposta de preços, contendo todas as informações do modelo do **Anexo II** deste edital, vedado o preenchimento com dados aleatórios ou incompletos, **sob pena de desclassificação, se assim o Pregoeiro julgar cabível;**

12.9.2. Preços unitários e totais, em real, com no máximo **duas casas** decimais após a vírgula;

12.9.3. Os preços ofertados deverão condizer com os valores praticados no mercado na data da sua apresentação;

12.9.4. Validade mínima de 90 (noventa) dias;



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017



Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019

12.9.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos, a menos que, na opinião do pregoeiro, exista um erro grosseiro e óbvio, ou, ainda, na omissão de um desses valores (algarismo ou extenso), a proposta será válida desde que não haja dúvidas sobre o preço apresentado;

12.10. Caso o pregoeiro identifique erros sanáveis na proposta atualizada, poderá abrir diligência e solicitar à empresa que reencaminhe a proposta atualizada com as devidas correções, desde que não alterem de forma substancial a proposta e sua validade jurídica.

12.11. A apresentação da proposta implicará:

12.11.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos;

12.11.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais, e, condições para execução dos serviços, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização de órgãos de controle interno e externo.

12.12. Fica vedada à contratada:

12.12.1. A subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada a outra empresa;

12.12.2. A cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado.

12.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

13.1. A documentação exigida será verificada no SICAF, através de consulta online, para os documentos abrangidos neste portal, sendo aqueles relativos à:

13.1.1. Habilitação Jurídica;

13.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista;

13.1.3. Qualificação econômico-financeira (se o Edital exigir);

13.1.4. Qualificação técnica (se o Edital exigir);

13.2. Para habilitar-se na presente licitação, a proponente deverá apresentar os seguintes documentos **na plataforma eletrônica (NÃO SERÃO ACEITOS DOCUMENTOS ENVIADOS POR E-MAIL):**

13.3. Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; **ou**

b) Certificado de Microempreendedor Individual, no caso de MEI; **ou**

c) Ato constitutivo (Estatuto ou Contrato Social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de documento comprobatório da eleição dos atuais administradores, no caso de sociedade empresarial em geral.

13.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Inscrição Estadual (CICAD, SINTEGRA, ICMS, etc;) **OU** Municipal (Alvará);

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos **Federais** e à Dívida Ativa da União;

c) Certidão Negativa de Débitos Tributários **Estaduais**;

d) Certidão Negativa de Débitos **Municipais**, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;

f) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas**;

OBS1: Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativas;

OBS2: Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo **poderão** ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico;



13.5. Declarações (Anexos III e IV):

- a) Declaração Unificada, conforme **Anexo III**;
- b) Declaração de enquadramento no porte de MEI/ME/EPP (se for o caso), conforme **Anexo IV**;

OBS1: Todas as declarações deverão estar **ASSINADAS** e **LEGÍVEIS**, não sendo aceitas ainda caso as datas estejam esmaecidas, inelegíveis ou rasuradas.

13.6. Caso algum documento exigido do licitante não conste (ou conste vencida/irregular) no seu cadastro no SICAF, ou, ainda, para aquelas que prefiram anexar diretamente à plataforma, será concedido prazo de **02 horas** para que o licitante anexe tal documentação à plataforma eletrônica.

13.7. Em relação a regularidade fiscal de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

- 13.7.1.** Em conformidade com a LC 123/2006 e LC 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 13.7.2.** Havendo alguma restrição na regularidade fiscal, consoante ao subitem anterior, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da convocação do pregoeiro, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou certidões positivas com efeito de certidão negativa;
- 13.7.3.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **13.7.2.**, implicará na decadência do direito à contratação e consequente inabilitação da empresa;

13.8. Observações gerais em relação à documentação de habilitação:

- a) As certidões negativas de débitos que não apresentarem o prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura do Pregão;
- b) Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis;
- c) Os documentos de habilitação referentes à pessoa jurídica deverão estar vinculados à mesma, com o número do CNPJ e o respectivo endereço da sede da empresa licitante;
- d) No caso de matriz e filial, poderão ser apresentados documentos em comum à matriz e filial, pois os efeitos estendem-se a ambas as pessoas jurídicas;
- e) Se o licitante desatender as exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade conforme a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital;
- f) A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação;
- g) Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.

14. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n. 14.133/21.

14.2. Após as etapas de julgamento, o sistema abrirá prazo de **10 (dez) minutos**, durante o qual, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, **em campo próprio do sistema**.

14.3. A falta de manifestação dentro do prazo previsto no subitem **14.2.**, quanto à intenção de recorrer, importará a decadência desse direito.

14.4. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro o exame da intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

14.5. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita, deverá encaminhar suas razões recursais, em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo de **03 (três) dias úteis**.



14.6. Enviado o recurso tempestivamente, ficam os demais licitantes, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, através dos mesmos meios, em outros **03 (três) dias úteis**, que começarão a contar do dia útil seguinte ao término do prazo do recorrente.

14.7. As interessadas deverão enviar suas razões ou contrarrazões recursais exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio no sistema eletrônico onde o certame realizar-se-á.

14.8. As razões do recurso, bem como as contrarrazões (se houver), serão dirigidas à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida (Agente de Contratação/Pregoeiro), que, terá o prazo de **03 (três) dias úteis** para analisar e elaborar sua decisão.

14.9. Caso a autoridade não reconsiderar a decisão recorrida, deverá encaminhar o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos.

14.10. A falta de manifestação do licitante quanto a intenção de recorrer, **em campo próprio do sistema**, ou a não apresentação das razões do recurso no prazo fixado, implicarão na decadência do direito de interposição do recurso.

14.11. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.13. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.14. Será assegurado aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15. DAS DILIGÊNCIAS E POSSÍVEL REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

15.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de documentos ou propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

15.4. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.4.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.4.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato/ata de registro de preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do § 1º do Art. 43 da LC 123/2006, serão adotados os procedimentos posteriores ao final da etapa de lances.

15.4.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta, através de e-mail ou *chat* do sistema eletrônico.

16. DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

16.1. Fica dispensada a apresentação de documentos originais, salvo casos em que o Pregoeiro considere necessário o envio da via original.

16.2. Os licitantes devem encaminhar, sempre que possível, os documentos assinados digitalmente e com qualidade original ou, ao menos, com qualidade e resolução suficientes para permitir uma visualização clara do teor do documento.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Examinada a aceitabilidade da proposta mais vantajosa, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como após a fase recursal, o pregoeiro encaminhará o processo em sua íntegra à



autoridade competente que, constatando a regularidade dos atos praticados, procederá com a adjudicação do objeto e a homologação da licitação.

18. DA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, serão realizados os trâmites internos necessários para a elaboração dos Contratos/Atas de Registro de Preços.

18.2. Então, o(s) licitante(s) vencedor(es) será(ão) convocado(s) para assinar digitalmente o Contrato/Ata de Registro de Preços, **dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis**, conforme Minuta constante do **Anexo V**, sob as penas da lei.

18.3. A convocação dar-se-á mediante e-mail, ao endereço eletrônico informado pela proponente na sua proposta de preços.

18.4. O prazo estipulado no subitem **18.1**, poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, desde que o licitante apresente motivo justificado, e que este seja aceito pela administração.

18.5. Caso a empresa não possua assinatura com certificado digital, deverá entrar em contato com o Departamento de Licitação, para acordar outra forma de assinar o instrumento contratual.

18.6. Se o licitante vencedor se recusar, sem motivo justificado e aceito pela administração, a assinar o Contrato/Ata de Registro de Preços dentro do prazo previsto no subitem **18.1**, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeito a **multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato**, além de outras sanções cabíveis e previstas no Art. 156 da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações.

18.7. É facultado ao Município de Nova Aurora, quando o convocado não comparecer no prazo estipulado no subitem **18.1**, ou, ainda, recusar-se, injustificadamente a entregar e cumprir com sua proposta vencedora, convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação.

19. DA REVOGAÇÃO E/OU ANULAÇÃO DO CERTAME

19.1. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

19.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

19.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

19.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

20. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS PREÇOS

20.1. A revisão dos preços dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessidades justificadas, dos pareceres dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente, seguindo as normativas do Decreto Municipal 090/2024.

20.2. Caso no decorrer da vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços haja supressão ou aumento de preços será permitido o reequilíbrio econômico-financeiro.

20.3. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será realizado preferencialmente através do protocolo geral do município ou pelo e-mail administracao@novaaurora.pr.gov.br e deverá ser instruído com:

- a)** Número do Contrato ou da Ata de Registro de Preços a que se refere;
- b)** Item(s) e/ou Lote(s) para o (s) qual(is) é solicitado reequilíbrio de preços;
- c)** Justificativa e fatos do desequilíbrio;
- d)** Percentual (%) solicitado no reequilíbrio do preço por item e/ou lote;



- e) Documentos que comprovem o preço praticado quando da formulação da proposta, da assinatura do contrato/ata ou da emissão da primeira Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, e também o preço praticado quando do protocolo do requerimento de reequilíbrio.

20.4. Quanto aos documentos citados na alínea e), deve-se dar preferência às notas fiscais de compra dos produtos ou das matérias-primas emitidos para a própria empresa, ou, na impossibilidade de apresentação, poderão ser usados orçamentos, documentos contábeis, planilhas de custos, contratos ou documentos firmados com seus fornecedores, notas fiscais de outras empresas do mesmo ramo, dentre outros documentos hábeis a comprovar o desequilíbrio.

20.5. O pedido de reequilíbrio pela requerente não a desobriga ou autoriza a suspender a regular execução do contrato ou ata de registro de preços, razão pela qual eventual atraso na execução sujeitará a empresa às penalidades cabíveis.

20.6. Quando o pedido de reequilíbrio referir-se a item individual que compõe o custo global do produto ou serviço, deverá ser apresentada planilha detalhada ou equivalente, contendo o custo de cada item constante da proposta inicial em confronto com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular proporcionalmente à majoração do insumo requerido.

20.7. Eventual concessão do reequilíbrio somente produzirá efeitos sobre o saldo contratual, contados da data do requerimento.

20.8. Os prazos para análise e decisão acerca do reequilíbrio econômico financeiro constam no Decreto Municipal 090/2024.

21. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não comprovar a existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, quando o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 24 e no § 4º do art. 25 do Decreto Municipal nº 505/2023.

21.3. De acordo com as razões causadoras do cancelamento dos preços, o contratado será responsabilizado administrativamente, aplicando-se as possíveis sanções previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

21.4. O cancelamento do registro, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Mun. de Nova Aurora e publicado no Diário Oficial do Município.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração nos casos previstos na Lei Federal nº 14.133/21 e legislação correlata.

22.2. Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:

- a) apresentar declaração ou documento falso: multa de 20% (vinte por cento);



- b) deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de 10% (dez por cento);
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, até o momento da adjudicação: multa de 20% (vinte por cento);
- d) Recusar, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com o Município de Nova Aurora/PR, pelo prazo de até 2 (dois) anos: multa de 30% (trinta por cento);
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- g) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

22.3. Nas hipóteses referidas nos itens precedentes, após apuração efetuada por processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na “Dívida Ativa” para cobrança judicial.

22.4. A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade.

22.5. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.6. A sanção será aplicada mediante a natureza, a gravidade e a reprovabilidade da infração cometida, assim, a Administração considerará:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação (ou do registro de preços) estão previstas na minuta da Ata de Registro de Preços/Contrato.

22.8. Para procedimentos que ensejem a abertura de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR), serão aplicadas as disposições do Decreto Municipal nº 583/2024

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.5. Caso a sessão pública seja suspensa, especialmente em caso de diligências, será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017



Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Pref. Mun. de Nova Aurora.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e/ou a exata compreensão da sua proposta, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação / inabilitação.

23.10. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.11. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos proponentes através do **campo de mensagens** da plataforma "**Compras.gov.br**"; ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

23.12. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

23.13. O Edital e seus Anexos encontram-se disponível no site do sistema eletrônico e no site da Prefeitura Municipal (www.novaaurora.pr.gov.br).

23.14. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Leis citados neste Edital.

23.15. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Nova Aurora, Estado do Paraná.

23.16. São partes integrantes deste edital:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Modelo da Proposta de Preços;
- **Anexo III** – Declaração Unificada;
- **Anexo IV** – Declaração de enquadramento no porte de MEI/ME/EPP;
- **Anexo V** – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Nova Aurora, 10 de julho de 2025.

JOSÉ APARECIDO DE PAULA E SOUZA
Prefeito Municipal



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1.** Seleção de propostas visando o registro de preços para a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de lousas digitais interativas, com capacitação de professores, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Nova Aurora.
- 1.2.** Os produtos/serviços ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atenderem às exigências de qualidade, observado os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

2. DA CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

- 2.1.** O objeto deste processo é caracterizado como de natureza comum, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/21, e, ainda, não se enquadram na categoria de “bem de luxo”, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21 c/c Decreto 111/2023.

3. DA INDICAÇÃO DE MARCA/MODELO ESPECÍFICO

- 3.1.** Na presente licitação não será vedada a oferta de nenhuma marca, desde que o produto atenda todas as especificações contidas na descrição do objeto.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto, pois é necessário garantir a qualidade e a responsabilidade direta pelo cumprimento da execução do objeto pela futura contratada, além disso, desta forma assegura-se que a empresa tenha total controle do fornecimento/execução, minimizando assim os riscos relacionados à qualidade, prazos e conformidade com os requisitos estabelecidos.
- 4.2.** Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitida a participação de consórcio na presente contratação.
- 4.3.** A empresa deverá ofertar produtos e/ou serviços que possuam padrões de qualidade esperados do mercado.
- 4.4.** Não haverá exigência de garantia de execução, dada a baixa complexidade no fornecimento do objeto e/ou dado ao fato de que a execução/entrega será em parcela única.

5. DA JUSTIFICATIVA

- 5.1.** Justifica-se a aquisição de lousa digital interativa, visto que, a Educação contemporânea demanda o uso de recursos tecnológicos que favoreçam a aprendizagem ativa, dinâmica e inclusiva. Nesse sentido, a aquisição de lousas digitais interativas para as Escolas da rede Municipal de ensino se faz necessária como parte do compromisso com a melhoria da qualidade do ensino e com a equidade no acesso às ferramentas educacionais.
- 5.2.** Atualmente, 8 (oito) unidades das referidas lousas já estão instaladas em salas de aula da rede Municipal, e os resultados observados têm sido extremamente positivos, com aumento do engajamento dos alunos, ampliação das possibilidades pedagógicas e maior interação entre professores e estudantes. No entanto, o número atual é insuficiente para atender de forma igualitária a todos os alunos, o que gera um desequilíbrio no acesso aos benefícios que essa tecnologia proporciona.
- 5.3.** A proposta de ampliação da quantidade de lousas digitais visa garantir que todos os estudantes tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem, independentemente da escola ou da turma em que estão inseridos. Essa medida também contribui para a valorização do trabalho docente, oferecendo aos professores ferramentas modernas que enriquecem o processo de ensino e



aprendizagem.

5.4. Além disso, a integração das tecnologias digitais ao ambiente escolar está alinhada às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece a importância da cultura digital como uma das competências gerais da educação básica.

5.5. Dessa forma, a aquisição de novas lousas digitais interativas representa um investimento estratégico no futuro da educação municipal, promovendo inclusão, inovação e qualidade no ensino oferecido a nossos alunos.

5.6. Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços, por se tratar de produto cuja necessidade dar-se-á de forma variada e parcelada, não se podendo, portanto, ter uma definição previa e exata do quantitativo exato a ser consumido.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

6.1. A aquisição do objeto deste Termo de referência será processada às disposições contidas nos seguintes instrumentos e suas alterações: Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal 2.189/2023, Decretos Municipais 99/2023, 110/2023, 505/2023, 90/2024 e 583/2024, além de demais condições estabelecidas pelo presente documento e demais autos pertinentes.

7. DO DETALHAMENTO DO OBJETO E VALOR MÁXIMO

7.1. Especificações, quantidades e valores unitários e totais máximos, sendo que todos os valores são expressos em reais (R\$).

Item	Qtd.	Und.	Descrição detalhada	Valor unt máx.	Valor total máx.
1	20	Und.	LOUSA DIGITAL INTEGRADA: Recurso de apoio tecnológico multidisciplinar, com aplicativos educacionais embarcados que permitam explorar conteúdos curriculares desenvolvidos tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e a BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Composto de Monitor Interativo Touch Screen de no mínimo 75 polegadas com tela sensível ao toque e um computador embutido em uma lousa profissional de 1,15 e máxima de 1,31 metros, de altura, largura total mínima de 3,90 e máxima de 4,50 metros e profundidade mínima de 0,25 e máxima de 0,30 metros. LOUSA PROFISSIONAL: A lousa digital integrada deverá possuir altura mínima de 1,15 e máxima de 1,30 metros, largura total mínima de 3,90 e máxima de 4,50 metros e profundidade mínima de 0,25 e máxima de 0,30 metros. O produto deverá possuir seções modulares em estrutura com perfil tubular com 20x20 milímetros de seção transversal quadrada e espessura de paredes 1,2 milímetro, soldado por técnica MIG. Toda estrutura metálica deverá receber acabamento de pintura com resinas a base de polímeros a seco na cor cinza ou preto. A estrutura em todas as laterais do quadro (Direita, Esquerda, Superior e Inferior); deverá ser de aço galvanizado de alta qualidade, espessura 0,20mm com acabamento em ACM, acrílico de 3mm, ou material superior podendo ser nas cores preto, branco, verde, amarelo, azul ou vermelho. Superfície para escrita, lado 1: Sua superfície de	R\$ 57.225,75	R\$ 1.144.515,00



escrita deverá ser fabricada por quadro confeccionado em MDF 15mm, com o tamanho mínimo de 2 metros e no máximo 2,5 metros de comprimento e com altura mínima de 1 metro a 1,25 de altura essa superfície será fixa. Sobreposto por chapa Lousa Melamínica Profissional - Branca Quadriculada diagramado com marcação 50mmX50mm, de 0,8mm, resistente às altas temperaturas, à umidade e ao desgaste e também que possa ser de fácil higienização Imune à proliferação de bactérias. Especial para uso de canetas marcadores.

Superfície para escrita, lado 2: Sua superfície de escrita deverá ser fabricada por Quadro confeccionado em MDF 15mm, com o tamanho mínimo de 1,80 metros e no máximo 2,5 metros de comprimento e com altura mínima de 1 metro a 1,25 de altura essa superfície será móvel. Sobreposto por Chapa Lousa Melamínica Profissional - Branca Quadriculada diagramado com marcação 50mmX50mm, de 0,8mm, resistente às altas temperaturas, à umidade e ao desgaste e também que possa ser de fácil higienização Imune à proliferação de bactérias. Especial para uso de canetas marcadores. Essa estrutura frontal deverá possuir sistema deslizante contendo (trilho oculto para porta) suspenso com amortecimento nas duas direções, e possuir sistema de segurança com fechadura (tipo pino) que ao abrir estará visível a seção interativa, composta por um monitor digital interativo de 75 polegadas touchscreen, com aspecto de projeção wide mínimo 16:9.

MONITOR PROFISSIONAL INTERATIVO 4K MULTI TOUCHSCREEN DE NO MÍNIMO 75 POLEGADAS – INTEGRADA A LOUSA:

Monitor interativo multi touchscreen para prospecção de conteúdo multimídia, Deve possuir Tecnologia do painel IPS ou ADS touch screen com pelo menos 75" (setenta e cinco polegadas) com resolução de no mínimo 4 (quatro) K (3840x2160); Deve possuir brilho no mínimo de 390 cd/m²; Deve possuir MTBF de 50.000 horas; Deve possuir no mínimo sistema operacional Versão OS: Android-11, com armazenamento mínimo de 64GB, deve possuir funcionalidade para espelhamento de tela de dispositivos (smartphones e notebooks) na tela interativa, por meio de aplicativo proprietário ou de terceiros; Deve possuir memória RAM de no mínimo 8 (oito) GB; Deve permitir relação de contraste de 1200:1; Deve possuir sensibilidade ao toque da tela, permitindo a escrita a partir do uso dos dedos da mão e de caneta interativa, com ao menos 30 (trinta) pontos de toque; (Windows) e 20 (vinte) pontos de toque; (androide) visando garantir boa experiência de escrita ao usuário, o tempo de resposta da tela deve ser inferior 10 ms (dez milissegundos), e a distância válida para reconhecimento do toque de 2mm (dois milímetros); Deve possuir 2 (dois) ou mais alto falantes integrados, cuja potência sonora total seja equivalente de pelo menos 30W (trinta watts); deve possuir espessura do vidro de proteção 3T (Antirreflexo) instalado de maneira integrada a camada óptica do display, sem espaços perceptíveis ao usuário entre o



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017



Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019

vidro e o display; deve possuir no mínimo as seguintes interfaces: (Frontal) botão liga e desliga, 01 (uma) entrada USB tipo – C, 01 (uma) entrada HDMI - 01 (uma) entrada TOUCH e 02 (duas) entrada conexões USB 3.0. Também deve possuir no mínimo as seguintes interfaces: (parte traseira) 01 (uma) entrada RS232C - 01 (um) terminal de entrada RJ45 - 01 (um) terminal de saída RJ45 - 02 (duas) entrada conexões USB 3.0 - 01 (uma) entrada TOUCH - 03 (três) entrada HDMI - 01 (uma) Saída de áudio para o alto-falante externo. 01 (uma) Entrada de áudio para microfone. 01 (uma) Porta de entrada VGA para PC. Deve possuir fonte de alimentação para operar com tensão de entrada entre 100~240 VAC 50/60 hz; deve operar com temperaturas entre 0°~40°C; deve ser fornecida no mínimo 2 (duas) canetas inteligentes; O equipamento deverá ser fornecido com uma proteção de firewall, protegendo os usuários e materiais didáticos gerados. Deverá possuir comunicação Wi-Fi e funcionalidade hotspot, para criar ponto de acesso à rede através do equipamento. Deve possuir Software de quadro branco, ferramentas de ensino, como régua, tabela e notas adesivas, que incentivam a participação dos alunos e tornam as aulas mais intuitivas. Deve possuir editor de imagens e vídeos, Compartilhamento de tela sem fio Transmissão / Mensagens de alerta, Google Play Store, Conectividade Bluetooth. O monitor deve ter Tecnologia avançada de cuidado para os olhos com a função Flicker-Free (anti-cintilação) ou similar, para reduzir a oscilação da luz de fundo do monitor, onde os usuários poderão usar o dispositivo com mais conforto, mesmo durante longos períodos. Devera possuir também Bloqueio de tela que permite aos professores bloquear o acesso à tela e desbloqueá-lo com uma senha. Para garantir a segurança e o controle, os usuários podem ativar esse Bloqueio de Tela nas configurações do dispositivo, protegendo-o contra acessos indesejados. Devera possuir Modo de segurança, que desabilita a função para impedir que conteúdo não autorizado seja exibido em diversos dispositivos. O Modo de Bloqueio USB é uma medida de segurança que ajuda a impedir que dados sejam copiados para dispositivos não autorizados, o que é essencial quando usado em espaços onde a segurança é crítica. Deve possuir desperte a atenção que com o tocar duas vezes na tela com 4 a 5 dedos para que um sinal de atenção apareça com um som. Deve possuir modos de tela, incluindo divisão de tela e janelas múltiplas, facilita a exibição e leitura de várias janelas ao mesmo tempo. O software instalado no monitor deverá permitir a importação de arquivos com os seguintes formatos: PDF, PPT, PPTX, DOC, DOCX, XLS, XLSX, SWF, 3GP, AVI, MKV, MP4, WMV, MPG, MPEG, MOV, TIFF, GIF, JPG, BMP, PNG, SVG. Deve possuir recurso para ocultar o conteúdo da página, e revelar o conteúdo gradativamente. O software deve permitir criar elementos geométricos, e pré-definidos, tais como linhas retas, elipses, quadriláteros e triângulos.



**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PEDAGÓGICAS
SOBRE O CONTEÚDO EMBARCADO NO MONITOR
PROFISSIONAL INTERATIVO:**

Deverá possuir aplicativos indicados para crianças a partir de 5 a 12 anos, com as seguintes especificações mínimas: – O MONITOR através do seu sistema operacional android, deverá conter no mínimo 30 aplicativos instalados que juntos contenham uma variedade de no mínimo de 300 atividades ludo pedagógicas, divididas por diversos níveis e formas de abordagem para suprir as principais áreas do ensino Infantil e Fundamental. Deverão explorar conteúdos como: Língua Portuguesa jogos que desenvolve o raciocínio lógico, memorização, coordenação motora, Alfabetização, Artes, Musicas, Ciências, Corpo humano, gesto e movimento, desenho livre, Contação de Histórias, Geografia, História, Ilustração de Cores, Matemática jogos de memória, percepção visual, Libras e muitas outras atividades. Os jogos deverão estar adaptáveis língua Português - Todos os aplicativos deverão estar de acordo com a Portaria nº 1.189/2018 do Ministério da Justiça, registrados com a classificação indicativa livre. Equipamento deve ser compatível com Software Livre, em consonância com a Portaria Nº 46 de 28 de setembro de 2016 da Secretaria De Tecnologia Da Informação do Governo Federal. GARANTIA E SUPORTE 12 (Doze) meses de garantia fornecida pelo fabricante, contra defeitos de hardware, estrutura da mesa, softwares e aplicativos. Assistência técnica direto com ou fornecedor.

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO PC
EMBUTIDO NA LOUSA:**

PROCESSADOR: Conjunto de instruções 64-bit; Soquete FCLGA1700 Cooler e dissipador do mesmo fabricante, com frequência máxima de 5.0 GHz; possuir no mínimo 20 núcleos reais de processamento - Total de threads mínimo de 28 - tamanho máximo da memória" (em GB) suportada pelo processador 128GB Memória cache de no mínimo 33 MB; - Cache L2 total de no mínimo 28 MB - Arquitetura 64 bits; - Mínimo de 32 GB instalado, padrão DDR5 5600 MT/s expansível até 128GB- Interface controladora de vídeo integrada - frequência dinâmica da placa gráfica Máxima 1.6 GHz - Disco SSD mínimo de 512GB PCIe NVMe M.2 (Classe 25)

GABINETE: Deverá possuir gabinete tipo nano, ou micro com dimensões incorporado a lousa digital integrada.

INTERFACES: Frontal, Botão liga/desliga - Indicador de atividade de armazenamento - Porta de áudio universal - USB 3.2 Type-A de 1ª geração - USB 3.2 Type-C de geração 2x2.

Traseira, mínimo 2 portas USB padrão 2.0. Type-A - mínimo 2 portas USB 3.2 Type-A de 1ª geração - Slot de cabo de segurança Kensington e anel de cadeado -



mínimo 1 porta HDMI 1.4b - mínimo 1 porta DisplayPort 1.4a - Porta Ethernet RJ45 - porta Wi-Fi padrão 802.11 b/g/n/ac. - Bluetooth® wireless card. – fonte de alimentação tipo AC bivolt de 90 watts para rede elétrica de 110V ou 220V.

SISTEMA OPERACIONAL: Windows 11 Pro, Português. Idioma: O Processador deverá ser no mínimo da penúltima geração e lançado há no máximo 12 meses;

A BIOS deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou esse com direitos (copyright) sobre a BIOS. Não Serão aceitas soluções em regime de OEM ou personalizadas. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no sítio do fabricante; deverá mostrar no monitor de vídeo o nome do fabricante do computador sempre que o computador for inicializado; deverá acompanhar mouse e teclado sem fio do mesmo fabricante do computador.

GARANTIA DA LOUSA INTERATIVA: pelo prazo mínimo de 12 meses Instalação e configuração Nas instalações serão fornecidas apenas componentes novos. O local de fixação e a instalação da Lousa Digital Integrada será definido pelo Contratante. A instalação da Lousa Digital Integrada e dos Equipamentos de informática e todas as configurações necessárias para o seu pleno funcionamento será executada imediatamente após a entrega. A instalação, sincronização e configuração da Lousa Digital Integrada, dos softwares deverão ser feitos no ato da instalação da lousa.

INTEGRADO AO PACOTE: Capacitação dos usuários para o uso da Lousa Digital Integrada A empresa a ser contratada deverá por conta de seus próprios recursos realizar um programa de capacitação com o objetivo de formar os usuários para utilização dos recursos solicitados no objeto desse edital, conforme especificado a seguir: Os serviços de capacitação deverão, obrigatoriamente, ser operacionalizados em sessões presenciais, realizadas nas instalações do órgão e com calendário definido de comum acordo entre o órgão e empresa contratada. O conteúdo programático deve focar a efetiva utilização dos equipamentos e das ferramentas da solução no processo de ensino e aprendizagem. Objetivo deve ser em capacitar os usuários para uso da Lousa Digital Integrada e Pacote de softwares e os aplicativos, com aplicação dos recursos em Sala de Aula Interativa. O curso deve ser feito conforme segue: Conceito de aplicações e utilização da Lousa Digital Integrada. O curso deve ser feito em 06 (seis) a 08 (oito) horas aproximadamente, ou conforme programação do Órgão.

7.2. É imprescindível que a empresa participante da presente licitação apresente o catálogo do produto ofertado, a fim de comprovar as especificações técnicas exigidas no edital, bem como assegurar



a compatibilidade do item proposto com as necessidades da administração pública. Tal exigência visa garantir maior transparência, facilitar a análise da proposta e permitir a verificação da qualidade e das características do produto a ser adquirido.

7.3. O valor máximo para esta licitação é **R\$ 1.144.515,00** (um milhão cento e quarenta e quatro mil quinhentos e quinze reais).

7.4. Quanto ao catálogo eletrônico de padronização, como o Município ainda não possui a ferramenta, foi realizada consulta ao link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>, onde consta o catálogo eletrônico do Governo Federal, e verifica-se que o mesmo somente possui os itens “água mineral natural, sem gás”, “café” e “açúcar”. Assim, não atendendo ao objeto desta aquisição, estando justificada a não utilização de especificação padronizada em catálogo para o(s) item(ns).

8. DA JUSTIFICATIVA DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. O tamanho mínimo de 75” é essencial para garantir visibilidade adequada em salas de aula amplas, especialmente em instituições públicas com maior número de alunos por sala. A função touch screen proporciona interatividade essencial ao ensino moderno, promovendo o engajamento dos alunos. Experiências anteriores com monitores menores ou sem sensibilidade ao toque mostraram-se ineficazes para atividades dinâmicas em grupo.

8.2. As medidas estipuladas, visam garantir ergonomia e acessibilidade, respeitando o uso confortável por professores de diferentes estaturas e promovendo visibilidade total aos alunos. A estrutura reforçada com perfil tubular e acabamento com pintura a pó, garante durabilidade, o que corrige falhas de versões anteriores que apresentaram fragilidade estrutural, descolamento de painéis ou oxidação.

8.3. A escolha pela lousa melamínica quadriculada oferece alta resistência, fácil limpeza, e precisão nas escritas e desenhos, sendo ideal para uso com canetas especiais. O padrão quadriculado de 50mm auxilia na organização visual de conteúdos, facilitando a aprendizagem de matemática, escrita e leitura. A existência de uma superfície móvel com sistema deslizante melhora o aproveitamento do espaço, protegendo o monitor e otimizando seu uso interativo.

8.4. Ao atribuir o trilho oculto e amortecimento, sistema este que visa proteger o monitor e garante durabilidade, evitando danos por impacto, queda de portas ou uso indevido. Além disso, promove maior segurança e facilidade de uso no ambiente escolar. Modelos anteriores sem esse recurso apresentaram travamentos ou danificaram os painéis, comprometendo a funcionalidade.

8.5. A resolução 4K oferece imagem nítida e rica em detalhes, crucial para conteúdos visuais, como vídeos educacionais, mapas, gráficos e recursos de ciências. A tecnologia IPS/ADS proporciona fidelidade de cores e ampla visão lateral, favorecendo o aprendizado coletivo. A ausência de tal resolução em equipamentos anteriores resultou em má visualização de conteúdos complexos.

8.6. Já no que diz respeito Sistema Operacional Android 11, com 64GB de Armazenamento e 8GB RAM, esses requisitos garantem fluidez na execução de múltiplos aplicativos simultaneamente, algo fundamental em sala de aula, onde atividades interativas precisam de performance rápida e estável. Em versões anteriores, limitações de memória resultaram em travamentos e impossibilidade de uso adequado dos softwares embarcados.

8.7. Com suporte para múltiplos toques, é possível interagir simultaneamente com diferentes estudantes, favorecendo a aprendizagem colaborativa. O tempo de resposta inferior a 10ms melhora a experiência de escrita, evitando atrasos e falhas de reconhecimento, comuns em modelos anteriores.

8.8. A presença de alto-falantes integrados de 30W, entradas HDMI, VGA, USB-C e conectividade Wi-Fi/Bluetooth permite o uso de diferentes mídias e dispositivos externos. Isso expande significativamente as possibilidades de uso pedagógico, integrando vídeos, músicas, apresentações, e interação com dispositivos dos alunos.

8.9. O vidro antirreflexo com tecnologia Flicker-Free protege os olhos de professores e alunos durante exposições prolongadas, o que é essencial para o conforto visual em longos períodos de aula. Muitos equipamentos anteriores não possuíam proteção adequada, o que comprometia o uso contínuo.

8.10. As funcionalidades de segurança como bloqueio de tela, controle de conteúdo exibido, e firewall



são imprescindíveis para proteger os dados e garantir um ambiente controlado, especialmente em instituições com grande fluxo de usuários e alta exposição de equipamentos. A ausência desses recursos em versões anteriores gerou vulnerabilidades, inclusive perda de arquivos didáticos.

8.11. Os aplicativos voltados ao público de 5 a 12 anos, com mais de 300 atividades lúdico-pedagógicas, possibilitam o uso da lousa digital como ferramenta ativa no processo de ensino, contemplando áreas essenciais do conhecimento conforme a BNCC. Isso corrige falhas anteriores em que os equipamentos vinham com software genérico, sem aderência aos objetivos pedagógicos da educação básica.

8.12. A exigência de compatibilidade com software livre garante economia e alinhamento com diretrizes do governo federal. Já a conformidade com a Portaria nº 1.189/2018 assegura que os aplicativos são adequados à faixa etária e seguros para o uso escolar.

8.13. A inclusão de um PC embutido de alta performance (com até 20 núcleos, 32 GB RAM DDR5, SSD de 512 GB) assegura que o sistema possa suportar aplicações exigentes, múltiplas conexões e operação constante sem travamentos ou lentidão, algo que foi recorrente em aquisições anteriores de equipamentos com configurações modestas.

8.14. O uso do Windows 11 Pro garante compatibilidade com a maioria dos softwares educacionais utilizados nas redes públicas. A exigência de BIOS própria assegura confiabilidade e suporte direto do fabricante, evitando problemas com atualizações e compatibilidade de hardware, como ocorreu anteriormente com soluções OEM.

8.15. A formação dos professores e técnicos garante uso eficaz da lousa digital integrada. A ausência de treinamento nas aquisições anteriores resultou em subutilização dos equipamentos, o que justifica a exigência de um programa estruturado, presencial, e focado no uso prático em sala de aula.

8.16. A garantia mínima de 12 meses e instalação imediata garantem segurança ao contratante e asseguram a plena operação dos equipamentos desde a entrega. Situações anteriores demonstraram atrasos e ausência de suporte técnico, prejudicando o início das atividades.

8.17. A exigência de apresentação do catálogo do produto justifica-se pela necessidade de assegurar que os itens ofertados atendam integralmente às especificações técnicas previstas no termo de referência, evitando o fornecimento de materiais ou equipamentos incompatíveis com o uso pretendido. Além disso, o catálogo facilita a análise técnica da proposta pela comissão de licitação, conferindo maior transparência ao processo e permitindo a comparação objetiva entre os produtos ofertados pelas licitantes. Essa medida também contribui para a padronização da qualidade, prevenindo eventuais divergências no momento da entrega e garantindo maior eficiência na execução contratual.

9. DA ESTIMATIVA/PESQUISA DE PREÇOS

9.1. Os preços de referência foram calculados através da metodologia de **Preço Médio**, apurada em pesquisa ampla de mercado, a saber:

9.1.1. [fonte de pesquisa 1]: pesquisa direta com potenciais fornecedores mediante pedido formal de cotação, onde a escolha foi realizada pelo setor requisitante com fornecedores que já forneceram e/ou fornecem para a municipalidade, como também com aqueles que já participaram de licitações no ente, realizado pela servidora **Gevaine Debora Brustolin Lima**.

9.1.2. [fonte de pesquisa 2]: “banco de preços públicos”, baseado em resultados de licitações adjudicadas/homologadas através da plataforma *Banco de Preços* [<https://www.bancodeprecos.com.br/>]; oriundas por contratações de outros entes igualmente idôneos, tais como: aquisições oriundas de plataformas de divulgação oficiais de governo, [http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp];

9.1.3. [fonte de pesquisa 3]: “mídia especializada”, como em portais de vendas de empresas especializadas no ramo, disponíveis em seus sítios eletrônicos

9.2. A pesquisa para a formação da cesta de preços, foi realizada em estrita observância ao **art. 23º** da Lei nº 14.133/2021 e **Decreto Municipal nº 110/2023**.

9.3. Justifica-se para a composição do preço de referência, a adoção da metodologia de cálculo pelo critério de Média, pois o conjunto de dados foram dispostos de forma homogênea, visto que os valores



extremos, principalmente aqueles preços que se revelaram evidentemente fora da média de mercado em comparação aos demais, como valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, não foram para o cômputo do mapa de cotações, evitando assim distorções no custo médio apurado.

9.4. Assim, formou-se a multiplicidade de fontes de pesquisa para aferição do valor máximo a ser aceito para o objeto, com a formação da cesta de preços aceitáveis, de autoria do servidor efetivo **Sr. Gabriel Kochhann Verza**.

9.5. Os produtos deverão obedecer às normas e padrões da Legislação Vigente e atender às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

10. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Será realizado processo licitatório na modalidade indicada e que melhor se aplique ao caso, adotando-se a forma Eletrônica.

10.2. Deverá ser estabelecido o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis para apresentação das propostas, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, conforme art. 55 da Lei 14.133/2021.

10.3. As empresas interessadas em participar da licitação deverão se credenciar à plataforma utilizada para o certame, quando publicado, conforme constará no instrumento convocatório.

10.4. Deverão ser apresentados todos os documentos de habilitação exigidos no Edital, os quais deverão possuir validade na data da apresentação da proposta.

11. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

11.1. O processo de aquisição do objeto envolverá a seleção de fornecedores por meio de processo licitatório, conforme legislação vigente. Após a seleção, os fornecedores deverão entregar os bens ou prestar os serviços contratados, de acordo com os prazos e condições estabelecidos no Contrato/Ata de Registro de Preços.

11.2. A aquisição das Lousas Digitais Integradas permitirá a modernização do processo de ensino-aprendizagem nas unidades escolares da rede municipal de ensino, promovendo a inserção de tecnologias educacionais interativas que atendem às exigências pedagógicas atuais, inclusive aquelas previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As lousas digitais proporcionarão aos estudantes experiências educacionais mais dinâmicas, colaborativas e significativas, contribuindo para o desenvolvimento das competências e habilidades essenciais, especialmente em contextos de alfabetização, raciocínio lógico, leitura, escrita e uso de recursos digitais.

11.3. As lousas serão instaladas gradualmente nas escolas conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação, priorizando as unidades com maior demanda tecnológica e número de matrículas. A entrega e instalação incluirão a devida configuração dos equipamentos, integração com a rede local e treinamento prático para os professores e técnicos das unidades escolares. O processo será acompanhado por equipe técnica especializada e contará com suporte contínuo ao longo do uso, garantindo a correta utilização desde o início do ciclo de vida útil do equipamento.

11.4. Durante a vida útil dos equipamentos, será assegurado suporte técnico preventivo e corretivo, além de atualizações periódicas dos softwares embarcados, evitando obsolescência precoce e assegurando a eficácia didática ao longo dos anos. A solução contempla ainda o fornecimento de capacitação continuada, visando a formação de multiplicadores pedagógicos e a consolidação de boas práticas no uso das tecnologias em sala de aula. Ao final do ciclo de vida dos equipamentos, será promovida a destinação ambientalmente correta dos componentes, conforme legislação vigente, minimizando o impacto ambiental e assegurando a responsabilidade socioambiental da administração pública.

11.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços, com adjudicação por item, é a estratégia mais adequada para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação, uma vez que permite aquisições escalonadas e de acordo com a real necessidade de cada unidade escolar. Isso evita o comprometimento imediato de grande volume de recursos públicos, além de proporcionar maior



flexibilidade na gestão orçamentária e garantir que os equipamentos sejam adquiridos e instalados de forma planejada, conforme disponibilidade técnica e operacional da rede municipal.

12. DO LOCAL, HORÁRIO E PRAZOS PARA ENTREGA/EXECUÇÃO

12.1. Constatada a necessidade dos produtos, o Departamento de Compras, procederá a emissão da Solicitação de Fornecimento (SF), observando-se as condições estabelecidas no edital e seus anexos, na legislação vigente, e na proposta da Contratada, relacionando-se o objeto pretendido e sua quantidade (conforme demanda do órgão), bem como os respectivos preços contratados. O prazo para entrega será de **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir do envio da SF.

12.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no(s) seguinte(s) local(is) e endereço(s):

Local	Endereço	Horário de atendimento
Escola Municipal Fernando Esser – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua Brasil, nº 318, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal Eugênio Mezzon – Educação Infantil, Ensino Fundamental	Rua Melissa, nº 303, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal Santos Dumont – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua Pará, nº 813, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Pré Escola Municipal Pequeno Cidadão – Educação Infantil	Rua Manaus, nº 1000 – Conj. Vereador Altamiro Matias do Amaral, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal Custódia Colbacho Traqueta – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Avenida João Goulart, nº 40, Distrito de Palminópolis-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal José Henrique da Silva – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua Londrina, s/nº – Distrito de Marajó-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz – Nova Aurora	Rua São Jorge, nº 57, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Ribeiro Dias	Avenida JK, s/nº - Distrito de Palminópolis-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Centro Municipal de Educação Infantil Padre Palmiro Finato	Avenida Paraná, s/nº - Vila São Roque, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.

12.3. Juntamente com a entrega dos produtos ou execução dos serviços, a contratada deverá entregar a Nota Fiscal para pagamento, a qual deverá ser emitida de acordo com as informações contidas na SF (quantidade, valor unitário, valor total). Além disso, a Nota Fiscal deverá ser compatível com os produtos, não podendo ser fracionada em relação a quantidade ou produto solicitado via SF.

12.4. O não cumprimento do disposto nos itens anteriores do presente termo acarretará na aplicação das penalidades previstas no edital (notificação extrajudicial, processo administrativo, entre outros) e a consequente convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

12.5. A Solicitação de Fornecimento será enviada pelo Departamento de Compras através de e-mail, àquele informado na proposta da vencedora, e a data deste envio será a referência para o prazo de entrega estipulado no presente termo. Para tanto, os fornecedores deverão manter as informações de seu cadastro atualizadas junto ao Departamento de Compras do Município, e a confirmação de seu recebimento deverá ser manifestada dentro de 24 horas. A alegação do não recebimento da Solicitação de Fornecimento não será aceita como justificativa para a recusa da entrega do material.

12.6. O e-mail cadastrado e informado pela fornecedora será considerado como meio formal de comunicação, inclusive para fins de NOTIFICAÇÃO PRÉVIA em caso de inadimplemento contratual, sendo que a mera comprovação do envio do mesmo por parte do Município, será suficiente para a demonstração da mora da fornecedora, se constituindo em instrumento hábil à deflagração de



procedimento administrativo destinado à aplicação das penalidades previstas em lei, no edital e no instrumento contratual.

12.7. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

13. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega/execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.2. O município reserva-se o direito de não receber o objeto fornecido que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no Edital, Termo de Referência e instrumento contratual.

13.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 dias úteis (ou prazo a constar na notificação), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato/ata.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

14.2. A NF deverá ser emitida obrigatoriamente com o número de CNPJ e demais dados da empresa participante, conforme documentação apresentada, bem como deve conter o nº da licitação, nº do contrato/ata de registro de preços e nº da Solicitação de Fornecimento.

14.3. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE NOVA AURORA, CNPJ nº 76.208.859/0001-52, Rua São João, nº 354, CEP 85.410-000, Nova Aurora, Paraná.

14.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.4.1. o prazo de validade;

14.4.2. a data da emissão;

14.4.3. os dados do contrato/ata de registro de preços e do órgão contratante;

14.4.4. o período respectivo de execução;

14.4.5. o valor a pagar; e

14.4.6. eventuais descontos de valores referentes a retenções tributárias aplicáveis.

14.5. Para liberação do pagamento à empresa, as notas fiscais deverão ser entregues/enviadas acompanhadas de:

14.5.1. prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

14.5.2. prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;

14.5.3. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

14.6. A não apresentação dos documentos exigidos no subitem anterior, implicará, na suspensão do



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



pagamento das faturas até a satisfação total das exigências.

14.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

14.8. No caso de atraso no pagamento pelo Contratante, os valores devidos ao contratado deverão ser acrescidos de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N° de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

14.9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela detentora/contratada em sua proposta atualizada.

14.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.13. A empresa regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, **exceto em casos previstos em legislação vigente**. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.14. A detentora fica obrigada a constar no corpo ou rodapé quando das emissões das notas fiscais, informação relativo ao regime tributário de enquadramento ao simples nacional, se for o caso, caso não seja optante ao regime, estas deverão vir indicadas de percentual de alíquota e o valor de retenção do Imposto de Renda (IR), para que essa municipalidade possa proceder com a retenção obrigatória de competência municipal do Imposto de Renda na fonte, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, observando as disposições do Decreto Municipal nº 376/2023, disponível em:

https://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/111/280823141925_decreto3762023.pdf.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: quantidade, marca, fabricante, valores, isenções, entre outros, conforme o caso.

15.2. Realizar a entrega do objeto utilizando-se de transporte, ferramentas, materiais e mão de obra próprios e/ou às suas custas, salvo quando a especificação do objeto explicitamente constar de forma diferente.

15.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

15.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto com avarias ou defeitos ou com prazo de validade diversa ao exigido no presente Termo.



15.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

15.6. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

15.7. Manter, durante toda a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.8. Manter, durante toda a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, seus dados atualizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente.

15.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

15.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de ata de registro de preços.

15.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

15.12. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do fornecimento.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

16.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, disponibilizando local, data e horário.

16.2. Acompanhar o fornecimento, podendo recusá-lo caso não esteja de acordo com as normas e exigências presentes no Edital e no Termo de Referência.

16.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do fornecimento para com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

16.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

16.5. Promover, através do fiscal indicado, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à fornecedora e à Administração, as ocorrências que exijam, a seu ver, medidas corretivas por parte daquela.

16.6. Comunicar a Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

16.7. Efetuar o pagamento a Contratada, no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos

16.8. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber

16.9. Ressarcir a Contratada, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização.

16.10. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

16.11. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

16.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.



17. DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

17.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, sempre que possível, adotando medidas para evitar o desperdício, além das seguintes medidas, conforme o caso aplicável:

- a)** Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água,
- b)** Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- c)** Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água;
- d)** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços, quando for o caso;
- e)** Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f)** Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa;
- g)** Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00;
- h)** Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico;
- i)** Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável;
- j)** Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas provenientes deste processo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Funcional	Natureza da despesa	Código da despesa	Fonte
06	004	12.361.0036.1112	4.4.90.52.00	288	000
06	004	12.361.0036.1112	4.4.90.52.00	288	103
06	004	12.361.0036.1112	4.4.90.52.00	288	104
06	004	12.361.0036.2260	4.4.90.52.00	305	104
06	004	12.361.0036.2262	4.4.90.52.00	325	000
06	004	12.361.0036.2262	4.4.90.52.00	325	103
06	004	12.361.0036.2262	4.4.90.52.00	325	104
06	004	12.361.0049.1110	4.4.90.52.00	328	000
06	004	12.361.0049.1110	4.4.90.52.00	328	103
06	004	12.361.0049.1110	4.4.90.52.00	328	104
06	004	12.361.0078.1111	4.4.90.52.00	333	000
06	004	12.361.0078.1111	4.4.90.52.00	333	103
06	005	12.365.0035.2264	4.4.90.52.00	348	000
06	005	12.365.0035.2264	4.4.90.52.00	348	103
06	005	12.365.0035.2264	4.4.90.52.00	348	104
06	005	12.365.0035.2265	4.4.90.52.00	361	000



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



06	005	12.365.0035.2265	4.4.90.52.00	361	103
06	005	12.365.0049.1114	4.4.90.52.00	369	000
06	006	12.367.0075.2267	4.4.90.52.00	379	000
06	007	12.361.0006.2268	4.4.90.52.00	391	000
06	007	12.361.0006.2268	4.4.90.52.00	391	103

18.2. Neste processo, serão utilizados apenas recursos próprios.

19. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

19.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de publicação do extrato no Diário Oficial Municipal, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 14.133/21, desde que comprovado o preço vantajoso.

20. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

20.2. O preço registrado poderá ser atualizado, após o interregno de 01 (um) ano, isto é, em caso de prorrogação, contado da data do orçamento estimado da licitação, adotando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (**IPCA**) como índice de reajustamento de preço.

20.3. Será aplicado no cálculo a variação do índice nos últimos 12 meses, contados a partir do mês do orçamento estimado (**junho de 2025**).

20.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, se houver, o interregno de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.5. O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133/21.

20.6. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

21. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. A gestão do fornecimento caberá ao servidor **Gevaine Debora Brustolin Lima, Secretária de Educação**, que deverá coordenar as atividades relacionadas a fiscalização, bem como aos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.

21.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preços caberá ao servidor **Silvia Kimura, Atendente Administrativa**, juntamente com a fiscal-adjunta **Dauticleia Bozzo Duarte, Assessora Pedagógica**, que deverá realizar o acompanhamento do fornecimento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e avaliar se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

21.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos, conforme art. 120 da Lei 14.133/21.

21.4. O fiscal do instrumento contratual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do fornecimento, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato/ata de registro de preços para ciência e posterior encaminhamento para autoridade competente para as providências cabíveis.



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017



Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019

21.5. As comunicações, notificações, interpelações ou esclarecimentos relativos à fiscalização ou execução do contrato poderão se dar por intermédio do e-mail informado pela licitante na proposta, cabendo à vencedora manter o cadastro atualizado para tal finalidade, salientando ainda que os prazos serão considerados pela administração a partir da data do envio da mensagem independente de recibo ou confirmação de leitura.

21.6. Compete ao gestor e ao fiscal do contrato/ata de registro de preços conhecer as normas, as regulamentações e os padrões estabelecidos pela Secretaria de Administração Geral, Órgão de Controle Interno e demais legislações correlatas, quanto às suas atribuições e responsabilidades.



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



(IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO OU INSERIR CABEÇALHO COM CNPJ E ENDEREÇO)

ANEXO II

MODELO

PROPOSTA PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025

Razão Social:		CNPJ:
Endereço/nº:		Bairro:
Cidade:	Estado/UF:	CEP:
Telefone/Celular: ()	E-mail:	
Banco:	Agência:	Conta corrente:

A empresa nomeada acima, através do seu(sua) representante legal, Sr(a) _____, vem apresentar a sua proposta de preços, referente a licitação **Pregão Eletrônico nº ____/2025**, conforme abaixo relacionado:

Item	Qtd.	Und.	Descrição detalhada	V. Unit.	V. Total
1	20	Und.	LOUSA DIGITAL INTEGRADA: Recurso de apoio tecnológico multidisciplinar, com aplicativos educacionais embarcados que permitam explorar conteúdos curriculares desenvolvidos tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e a BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Composto de Monitor Interativo Touch Screen de no mínimo 75 polegadas com tela sensível ao toque e um computador embutido em uma lousa profissional de 1,15 e máxima de 1,31 metros, de altura, largura total mínima de 3,90 e máxima de 4,50 metros e profundidade mínima de 0,25 e máxima de 0,30 metros. LOUSA PROFISSIONAL: A lousa digital integrada deverá possuir altura mínima de 1,15 e máxima de 1,30 metros, largura total mínima de 3,90 e máxima de 4,50 metros e profundidade mínima de 0,25 e máxima de 0,30 metros. O produto deverá possuir seções modulares em estrutura com perfil tubular com 20x20 milímetros de seção transversal quadrada e espessura de paredes 1,2 milímetro, soldado por técnica MIG. Toda estrutura metálica deverá receber acabamento de pintura com resinas a base de polímeros a seco na cor cinza ou preto. A estrutura em todas as laterais do quadro (Direita, Esquerda, Superior e Inferior); deverá ser de aço galvanizado de alta qualidade, espessura 0,20mm com acabamento em ACM, acrílico de 3mm, ou material superior podendo ser nas cores preto, branco, verde, amarelo, azul ou vermelho. Superfície para escrita, lado 1: Sua superfície de escrita deverá ser fabricada por quadro confeccionado em MDF 15mm, com o tamanho mínimo de 2 metros e no máximo 2,5 metros de comprimento e com altura mínima de 1 metro a 1,25 de altura essa superfície será fixa. Sobreposto por chapa Lousa Melamínica Profissional - Branca Quadriculada diagramado com marcação 50mmX50mm, de 0,8mm, resistente às altas temperaturas, à umidade e ao desgaste e também que possa ser de fácil higienização Imune à proliferação de bactérias. Especial para uso de canetas marcadores.		



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



		Superfície para escrita, lado 2: Sua superfície de escrita deverá ser fabricada por Quadro confeccionado em MDF 15mm, com o tamanho mínimo de 1,80 metros e no máximo 2,5 metros de comprimento e com altura mínima de 1 metro a 1,25 de altura essa superfície será móvel. Sobreposto por Chapa Lousa Melamínica Profissional - Branca Quadriculada diagramado com marcação 50mmX50mm, de 0,8mm, resistente às altas temperaturas, à umidade e ao desgaste e também que possa ser de fácil higienização Imune à proliferação de bactérias. Especial para uso de canetas marcadores. Essa estrutura frontal deverá possuir sistema deslizante contendo (trilho oculto para porta) suspenso com amortecimento nas duas direções, e possuir sistema de segurança com fechadura (tipo pino) que ao abrir estará visível a seção interativa, composta por um monitor digital interativo de 75 polegadas touchscreen, com aspecto de projeção wide mínimo 16:9. MONITOR PROFISSIONAL INTERATIVO 4K MULTI TOUCHSCREEN DE NO MÍNIMO 75 POLEGADAS – INTEGRADA A LOUSA: Monitor interativo multi touchscreen para prospecção de conteúdo multimídia, Deve possuir Tecnologia do painel IPS ou ADS touch screen com pelo menos 75" (setenta e cinco polegadas) com resolução de no mínimo 4 (quatro) K (3840x2160); Deve possuir brilho no mínimo de 390 cd/m²; Deve possuir MTBF de 50.000 horas; Deve possuir no mínimo sistema operacional Versão OS: Android-11, com armazenamento mínimo de 64GB, deve possuir funcionalidade para espelhamento de tela de dispositivos (smartphones e notebooks) na tela interativa, por meio de aplicativo proprietário ou de terceiros; Deve possuir memória RAM de no mínimo 8 (oito) GB; Deve permitir relação de contraste de 1200:1; Deve possuir sensibilidade ao toque da tela, permitindo a escrita a partir do uso dos dedos da mão e de caneta interativa, com ao menos 30 (trinta) pontos de toque; (Windows) e 20 (vinte) pontos de toque; (androide) visando garantir boa experiência de escrita ao usuário, o tempo de resposta da tela deve ser inferior 10 ms (dez milissegundos), e a distância válida para reconhecimento do toque de 2mm (dois milímetros); Deve possuir 2 (dois) ou mais alto falantes integrados, cuja potência sonora total seja equivalente de pelo menos 30W (trinta watts); deve possuir espessura do vidro de proteção 3T (Antirreflexo) instalado de maneira integrada a camada óptica do display, sem espaços perceptíveis ao usuário entre o vidro e o display; deve possuir no mínimo as seguintes interfaces: (Frontal) botão liga e desliga, 01 (uma) entrada USB tipo – C, 01 (uma) entrada HDMI - 01 (uma) entrada TOUCH e 02 (duas) entrada conexões USB 3.0. Também deve possuir no mínimo as seguintes interfaces: (parte traseira) 01 (uma) entrada RS232C - 01 (um) terminal de entrada RJ45 - 01 (um) terminal de saída RJ45 - 02 (duas) entrada conexões USB 3.0 - 01 (uma) entrada TOUCH - 03 (três) entrada HDMI - 01 (uma) Saída de áudio para o alto-falante externo. 01 (uma) Entrada de áudio para microfone. 01 (uma) Porta de entrada VGA para PC. Deve possuir fonte de alimentação para operar com tensão de entrada entre 100~240 VAC 50/60 hz; deve operar com temperaturas entre 0°~40°C; deve ser fornecida no mínimo 2 (duas) canetas inteligentes; O equipamento deverá ser fornecido com uma proteção de firewall, protegendo os usuários e materiais didáticos gerados. Deverá		
--	--	---	--	--



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



		possuir comunicação Wi-Fi e funcionalidade hotspot, para criar ponto de acesso à rede através do equipamento. Deve possuir Software de quadro branco, ferramentas de ensino, como régua, tabela e notas adesivas, que incentivam a participação dos alunos e tornam as aulas mais intuitivas. Deve possuir editor de imagens e vídeos, Compartilhamento de tela sem fio Transmissão / Mensagens de alerta, Google Play Store, Conectividade Bluetooth. O monitor deve ter Tecnologia avançada de cuidado para os olhos com a função Flicker-Free (anti-cintilação) ou similar, para reduzir a oscilação da luz de fundo do monitor, onde os usuários poderão usar o dispositivo com mais conforto, mesmo durante longos períodos. Devera possuir também Bloqueio de tela que permite aos professores bloquear o acesso à tela e desbloqueá-lo com uma senha. Para garantir a segurança e o controle, os usuários podem ativar esse Bloqueio de Tela nas configurações do dispositivo, protegendo-o contra acessos indesejados. Devera possuir Modo de segurança, que desabilita a função para impedir que conteúdo não autorizado seja exibido em diversos dispositivos. O Modo de Bloqueio USB é uma medida de segurança que ajuda a impedir que dados sejam copiados para dispositivos não autorizados, o que é essencial quando usado em espaços onde a segurança é crítica. Deve possuir desperte a atenção que com o tocar duas vezes na tela com 4 a 5 dedos para que um sinal de atenção apareça com um som. Deve possuir modos de tela, incluindo divisão de tela e janelas múltiplas, facilita a exibição e leitura de várias janelas ao mesmo tempo. O software instalado no monitor deverá permitir a importação de arquivos com os seguintes formatos: PDF, PPT, PPTX, DOC, DOCX, XLS, XLSX, SWF, 3GP, AVI, MKV, MP4, WMV, MPG, MPEG, MOV, TIFF, GIF, JPG, BMP, PNG, SVG. Deve possuir recurso para ocultar o conteúdo da página, e revelar o conteúdo gradativamente. O software deve permitir criar elementos geométricos, e pré-definidos, tais como linhas retas, elipses, quadriláteros e triângulos. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PEDAGÓGICAS SOBRE O CONTEÚDO EMBARCADO NO MONITOR PROFISSIONAL INTERATIVO: Devera possuir aplicativos indicados para crianças a partir de 5 a 12 anos, com as seguintes especificações mínimas: – O MONITOR através do seu sistema operacional android, deverá conter no mínimo 30 aplicativos instalados que juntos contenham uma variedade de no mínimo de 300 atividades ludo pedagógicas, divididas por diversos níveis e formas de abordagem para suprir as principais áreas do ensino Infantil e Fundamental. Deverão explorar conteúdos como: Língua Portuguesa jogos que desenvolve o raciocínio lógico, memorização, coordenação motora, Alfabetização, Artes, Musicas, Ciências, Corpo humano, gesto e movimento, desenho livre, Contação de Histórias, Geografia, História, Ilustração de Cores, Matemática jogos de memória, percepção visual, Libras e muitas outras atividades. Os jogos deverão estar adaptáveis língua Português - Todos os aplicativos deverão estar de acordo com a Portaria nº 1.189/2018 do Ministério da Justiça, registrados com a classificação indicativa livre. Equipamento deve ser compatível com Software Livre, em consonância com a Portaria N° 46 de 28 de setembro de 2016 da Secretaria De Tecnologia Da Informação do Governo Federal. GARANTIA E		
--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



		SUPORTE 12 (Doze) meses de garantia fornecida pelo fabricante, contra defeitos de hardware, estrutura da mesa, softwares e aplicativos. Assistência técnica direto com ou fornecedor. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO PC EMBUTIDO NA LOUSA: PROCESSADOR: Conjunto de instruções 64-bit; Soquete FCLGA1700 Cooler e dissipador do mesmo fabricante, com frequência máxima de 5.0 GHz; possuir no mínimo 20 núcleos reais de processamento - Total de threads mínimo de 28 - tamanho máximo da memória" (em GB) suportada pelo processador 128GB Memória cache de no mínimo 33 MB; - Cache L2 total de no mínimo 28 MB - Arquitetura 64 bits; - Mínimo de 32 GB instalado, padrão DDR5 5600 MT/s expansível até 128GB- Interface controladora de vídeo integrada - frequência dinâmica da placa gráfica Máxima 1.6 GHz - Disco SSD mínimo de 512GB PCIe NVMe M.2 (Classe 25) GABINETE: Deverá possuir gabinete tipo nano, ou micro com dimensões incorporado a lousa digital integrada. INTERFACES: Frontal, Botão liga/desliga - Indicador de atividade de armazenamento - Porta de áudio universal - USB 3.2 Type-A de 1ª geração - USB 3.2 Type-C de geração 2x2. Traseira, mínimo 2 portas USB padrão 2.0. Type-A - mínimo 2 portas USB 3.2 Type-A de 1ª geração - Slot de cabo de segurança Kensington e anel de cadeado - mínimo 1 porta HDMI 1.4b - mínimo 1 porta DisplayPort 1.4a - Porta Ethernet RJ45 - porta Wi-Fi padrão 802.11 b/g/n/ac. - Bluetooth® wireless card. – fonte de alimentação tipo AC bivolt de 90 watts para rede elétrica de 110V ou 220V. SISTEMA OPERACIONAL: Windows 11 Pro, Português. Idioma: O Processador deverá ser no mínimo da penúltima geração e lançado há no máximo 12 meses; A BIOS deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou esse com direitos (copyright) sobre a BIOS. Não Serão aceitas soluções em regime de OEM ou personalizadas. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no sítio do fabricante; deverá mostrar no monitor de vídeo o nome do fabricante do computador sempre que o computador for inicializado; deverá acompanhar mouse e teclado sem fio do mesmo fabricante do computador. GARANTIA DA LOUSA INTERATIVA: pelo prazo mínimo de 12 meses Instalação e configuração Nas instalações serão fornecidas apenas componentes novos. O local de fixação e a instalação da Lousa Digital Integrada será definido pelo Contratante. A instalação da Lousa Digital Integrada e dos Equipamentos de informática e todas as configurações necessárias para o seu pleno funcionamento será? executada imediatamente após a entrega. A instalação, sincronização e configuração da Lousa Digital Integrada, dos softwares deverão ser feitos no ato da instalação da lousa. INTEGRADO AO PACOTE: Capacitação dos usuários para o uso da Lousa Digital Integrada A empresa a ser contratada deverá por conta de seus próprios recursos realizar um		
--	--	---	--	--



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



			programa de capacitação com o objetivo de formar os usuários para utilização dos recursos solicitados no objeto desse edital, conforme especificado a seguir: Os serviços de capacitação deverão, obrigatoriamente, ser operacionalizados em sessões presenciais, realizadas nas instalações do órgão e com calendário definido de comum acordo entre o órgão e empresa contratada. O conteúdo programático deve focar a efetiva utilização dos equipamentos e das ferramentas da solução no processo de ensino e aprendizagem. Objetivo deve ser em capacitar os usuários para uso da Lousa Digital Integrada e Pacote de softwares e os aplicativos, com aplicação dos recursos em Sala de Aula Interativa. O curso deve ser feito conforme segue: Conceito de aplicações e utilização da Lousa Digital Integrada. O curso deve ser feito em 06 (seis) a 08 (oito) horas aproximadamente, ou conforme programação do Órgão.		
--	--	--	---	--	--

Valor total da proposta: R\$ xx.xxx,xx (valor por extenso).

Declaramos também que:

- 1) Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;
- 2) O prazo de validade da presente proposta é de ____ (____) dias, a contar da presente data.
- 3) O(s) local(is), horários e prazos de execução do objeto, será conforme item 5. do Anexo I – Termo de Referência do Edital.
- 4) O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, a contar a partir da data da nota fiscal e constatação de que o objeto foi devidamente recebido, em conformidade com as especificações do Edital, Termo de Referência e instrumento contratual;
- 5) Declaro para os devidos fins que aceito todas as condições do presente Pregão, responsabilizando-me por esta proposta e pelo cumprimento de todas as legislações pertinentes.
- 6) Se vencedor da licitação, o seguinte representante legal assinará o instrumento contratual:

Nome:	CPF:	RG:
Endereço/nº:	Bairro:	
Cidade:	Estado/UF:	CEP:

- 7) Contato para envio de Solicitações/Pedidos, bem como possíveis comunicações referentes à esta licitação deverão ser através do Fone () ____ - ____ e E-mail: ____@____.

Cidade, data.

Nome e assinatura do representante legal
RG/CPF:
Cargo:



(IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO OU INSERIR CABEÇALHO COM CNPJ E ENDEREÇO)

ANEXO III

MODELO

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A proponente _____, por seu representante abaixo assinado, participante do **Pregão nº 0__/2025**, instaurado por esta Prefeitura, declara expressamente:

1. Que se sujeita às condições estabelecidas no Edital e nos respectivos modelos, anexos e documentos, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar a obra e/ou serviços;
2. Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:
 - a) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - b) Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
3. Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal;
4. Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada (se este for o caso das atividades desenvolvidas pela empresa);
5. Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Cidade, data.

Nome e assinatura do representante legal
RG/CPF:
Cargo:



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017



Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019

(IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO OU INSERIR CABEÇALHO COM CNPJ E ENDEREÇO)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A proponente _____, por seu representante abaixo assinado, participante do Pregão nº __/2025, instaurado por esta Prefeitura, **declara**, para todos os fins, que:

a) está enquadrada como microempreendedor individual (MEI), microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme definição insculpida no Capítulo II da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, podendo, portanto, usufruir de tratamento diferenciado e favorecido em licitações, conforme Capítulo V “Do Acesso aos Mercados”, da Lei acima citada, na forma prevista no Edital.

b) o valor da receita bruta anual da empresa, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações;

c) que não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme §2º do art. 4º da Lei Federal 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Cidade, data.

Nome e assinatura do representante legal

RG/CPF:

Cargo:



ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE NOVA AURORA**, inscrito no CNPJ nº. 76.208.859/0001-52, com sede administrativa situada na Rua são João, 354 – Nova Aurora – PR, neste ato representado pela Prefeita Municipal em Exercício, **Sr. JOSÉ APARECIDO DE PAULA E SOUZA**, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob nº 407.661.019-91, residente e domiciliado na Rua Matinhos, nº 55, Centro, neste município, Estado do Paraná, doravante designado **MUNICÍPIO**, de acordo com a Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal 2.189/2023, Decretos Municipais 99/2023, 110/2023, 505/2023, 81/2024, 90/2024 e 583/2024, além de demais condições estabelecidas pelo presente Edital e seus Anexos, e em face do resultado do **Pregão nº 0__/2025**, homologada pela autoridade competente e publicada no Diário Oficial do Município em **__ de __ de 2025**, RESOLVE, registrar os preços dos produtos e serviços descritos abaixo, oferecidos pela empresa abaixo relacionada, doravante denominada **DETENTORA**:

[RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob nº [00.000.000/0000-00], estabelecida à [ENDEREÇO DA DETENTORA], nº [000], [BAIRRO], na cidade de [CIDADE], Estado: [UF], CEP [00.000-000], representada neste ato por seu representante legal, Sr(a). [REPRESENTANTE LEGAL], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito(a) no CPF nº [000.000.000-00] e portador(a) do RG nº [0.000.000-0]/[SSP-XX], residente e domiciliado(a) na [ENDERENÇO], nº [000], [BAIRRO], na cidade de: [CIDADE], Estado: [UF].

1. DO OBJETO E SEU DETALHAMENTO

1.1. Registro de preços para a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de lousas digitais interativas, com capacitação de professores, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Nova Aurora.

1.2. Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atenderem às exigências de qualidade, observado os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.3. A execução do objeto desta Ata de Registro de Preços se dará sob a seguinte especificação, quantidade, valores unitários e totais:

Item	Qtd.	Und.	Descrição dos produtos	V.Unit.	V.Total
1	20	Und.	LOUSA DIGITAL INTEGRADA: Recurso de apoio tecnológico multidisciplinar, com aplicativos educacionais embarcados que permitam explorar conteúdos curriculares desenvolvidos tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e a BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Composto de Monitor Interativo Touch Screen de no mínimo 75 polegadas com tela sensível ao toque e um computador embutido em uma lousa profissional de 1,15 e máxima de 1,31 metros, de altura, largura total mínima de 3,90 e máxima de 4,50 metros e profundidade mínima de 0,25 e máxima de 0,30 metros. LOUSA PROFISSIONAL: A lousa digital integrada deverá possuir altura mínima de 1,15 e máxima de 1,30 metros, largura total mínima de 3,90 e máxima de 4,50 metros e profundidade mínima de 0,25 e máxima de 0,30 metros. O produto deverá possuir seções modulares em estrutura com perfil tubular com 20x20 milímetros de seção transversal quadrada e espessura de paredes 1,2 milímetro, soldado por técnica MIG. Toda estrutura metálica deverá receber acabamento de pintura com resinas a base de polímeros a seco na cor cinza ou preto. A estrutura em todas as laterais do quadro (Direita, Esquerda, Superior e Inferior); deverá ser de aço galvanizado de alta qualidade, espessura 0,20mm com		



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



		acabamento em ACM, acrílico de 3mm, ou material superior podendo ser nas cores preto, branco, verde, amarelo, azul ou vermelho. Superfície para escrita, lado 1: Sua superfície de escrita deverá ser fabricada por quadro confeccionado em MDF 15mm, com o tamanho mínimo de 2 metros e no máximo 2,5 metros de comprimento e com altura mínima de 1 metro a 1,25 de altura essa superfície será fixa. Sobreposto por chapa Lousa Melamínica Profissional - Branca Quadriculada diagramado com marcação 50mmX50mm, de 0,8mm, resistente às altas temperaturas, à umidade e ao desgaste e também que possa ser de fácil higienização Imune à proliferação de bactérias. Especial para uso de canetas marcadores. Superfície para escrita, lado 2: Sua superfície de escrita deverá ser fabricada por Quadro confeccionado em MDF 15mm, com o tamanho mínimo de 1,80 metros e no máximo 2,5 metros de comprimento e com altura mínima de 1 metro a 1,25 de altura essa superfície será móvel. Sobreposto por Chapa Lousa Melamínica Profissional - Branca Quadriculada diagramado com marcação 50mmX50mm, de 0,8mm, resistente às altas temperaturas, à umidade e ao desgaste e também que possa ser de fácil higienização Imune à proliferação de bactérias. Especial para uso de canetas marcadores. Essa estrutura frontal deverá possuir sistema deslizante contendo (trilho oculto para porta) suspenso com amortecimento nas duas direções, e possuir sistema de segurança com fechadura (tipo pino) que ao abrir estará visível a seção interativa, composta por um monitor digital interativo de 75 polegadas touchscreen, com aspecto de projeção wide mínimo 16:9. MONITOR PROFISSIONAL INTERATIVO 4K MULTI TOUCHSCREEN DE NO MÍNIMO 75 POLEGADAS – INTEGRADA A LOUSA: Monitor interativo multi touchscreen para prospecção de conteúdo multimídia, Deve possuir Tecnologia do painel IPS ou ADS touch screen com pelo menos 75" (setenta e cinco polegadas) com resolução de no mínimo 4 (quatro) K (3840x2160); Deve possuir brilho no mínimo de 390 cd/m²; Deve possuir MTBF de 50.000 horas; Deve possuir no mínimo sistema operacional Versão OS: Android-11, com armazenamento mínimo de 64GB, deve possuir funcionalidade para espelhamento de tela de dispositivos (smartphones e notebooks) na tela interativa, por meio de aplicativo proprietário ou de terceiros; Deve possuir memória RAM de no mínimo 8 (oito) GB; Deve permitir relação de contraste de 1200:1; Deve possuir sensibilidade ao toque da tela, permitindo a escrita a partir do uso dos dedos da mão e de caneta interativa, com ao menos 30 (trinta) pontos de toque; (Windows) e 20 (vinte) pontos de toque; (androide) visando garantir boa experiência de escrita ao usuário, o tempo de resposta da tela deve ser inferior 10 ms (dez milissegundos), e a distância válida para reconhecimento do toque de 2mm (dois milímetros); Deve possuir 2 (dois) ou mais alto falantes integrados, cuja potência sonora total seja equivalente de pelo menos 30W (trinta watts); deve possuir espessura do vidro de proteção 3T (Antirreflexo) instalado de maneira integrada a camada óptica do display, sem espaços perceptíveis ao usuário entre o vidro e o display; deve possuir no mínimo as seguintes interfaces: (Frontal) botão liga e desliga, 01 (uma) entrada USB tipo – C, 01 (uma) entrada HDMI - 01 (uma)		
--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



entrada TOUCH e 02 (duas) entrada conexões USB 3.0. Também deve possuir no mínimo as seguintes interfaces: (parte traseira) 01 (uma) entrada RS232C - 01 (um) terminal de entrada RJ45 - 01 (um) terminal de saída RJ45 - 02 (duas) entrada conexões USB 3.0 - 01 (uma) entrada TOUCH - 03 (três) entrada HDMI - 01 (uma) Saída de áudio para o alto-falante externo. 01 (uma) Entrada de áudio para microfone. 01 (uma) Porta de entrada VGA para PC. Deve possuir fonte de alimentação para operar com tensão de entrada entre 100~240 VAC 50/60 hz; deve operar com temperaturas entre 0°~40°C; deve ser fornecida no mínimo 2 (duas) canetas inteligentes; O equipamento deverá ser fornecido com uma proteção de firewall, protegendo os usuários e materiais didáticos gerados. Deverá possuir comunicação Wi-Fi e funcionalidade hotspot, para criar ponto de acesso à rede através do equipamento. Deve possuir Software de quadro branco, ferramentas de ensino, como régua, tabela e notas adesivas, que incentivam a participação dos alunos e tornam as aulas mais intuitivas. Deve possuir editor de imagens e vídeos, Compartilhamento de tela sem fio Transmissão / Mensagens de alerta, Google Play Store, Conectividade Bluetooth. O monitor deve ter Tecnologia avançada de cuidado para os olhos com a função Flicker-Free (anti-cintilação) ou similar, para reduzir a oscilação da luz de fundo do monitor, onde os usuários poderão usar o dispositivo com mais conforto, mesmo durante longos períodos. Devera possuir também Bloqueio de tela que permite aos professores bloquear o acesso à tela e desbloqueá-lo com uma senha. Para garantir a segurança e o controle, os usuários podem ativar esse Bloqueio de Tela nas configurações do dispositivo, protegendo-o contra acessos indesejados. Devera possuir Modo de segurança, que desabilita a função para impedir que conteúdo não autorizado seja exibido em diversos dispositivos. O Modo de Bloqueio USB é uma medida de segurança que ajuda a impedir que dados sejam copiados para dispositivos não autorizados, o que é essencial quando usado em espaços onde a segurança é crítica. Deve possuir desperte a atenção que com o tocar duas vezes na tela com 4 a 5 dedos para que um sinal de atenção apareça com um som. Deve possuir modos de tela, incluindo divisão de tela e janelas múltiplas, facilita a exibição e leitura de várias janelas ao mesmo tempo. O software instalado no monitor deverá permitir a importação de arquivos com os seguintes formatos: PDF, PPT, PPTX, DOC, DOCX, XLS, XLSX, SWF, 3GP, AVI, MKV, MP4, WMV, MPG, MPEG, MOV, TIFF, GIF, JPG, BMP, PNG, SVG. Deve possuir recurso para ocultar o conteúdo da página, e revelar o conteúdo gradativamente. O software deve permitir criar elementos geométricos, e pré-definidos, tais como linhas retas, elipses, quadriláteros e triângulos.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PEDAGÓGICAS SOBRE O CONTEÚDO EMBARCADO NO MONITOR PROFISSIONAL INTERATIVO:

Deverá possuir aplicativos indicados para crianças a partir de 5 a 12 anos, com as seguintes especificações mínimas: – O MONITOR através do seu sistema operacional android, deverá conter no mínimo 30 aplicativos instalados que juntos contenham uma variedade de no mínimo de 300 atividades ludo pedagógicas, divididas por diversos níveis e formas de abordagem para suprir as principais áreas do ensino Infantil e Fundamental. Deverão explorar conteúdos como: Língua



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017



Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019

	Portuguesa jogos que desenvolve o raciocínio lógico, memorização, coordenação motora, Alfabetização, Artes, Musicas, Ciências, Corpo humano, gesto e movimento, desenho livre, Contação de Histórias, Geografia, História, Ilustração de Cores, Matemática jogos de memória, percepção visual, Libras e muitas outras atividades. Os jogos deverão estar adaptáveis língua Português - Todos os aplicativos deverão estar de acordo com a Portaria nº 1.189/2018 do Ministério da Justiça, registrados com a classificação indicativa livre. Equipamento deve ser compatível com Software Livre, em consonância com a Portaria N° 46 de 28 de setembro de 2016 da Secretaria De Tecnologia Da Informação do Governo Federal. GARANTIA E SUPORTE 12 (Doze) meses de garantia fornecida pelo fabricante, contra defeitos de hardware, estrutura da mesa, softwares e aplicativos. Assistência técnica direto com ou fornecedor. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO PC EMBUTIDO NA LOUSA: PROCESSADOR: Conjunto de instruções 64-bit; Soquete FCLGA1700 Cooler e dissipador do mesmo fabricante, com frequência máxima de 5.0 GHz; possuir no mínimo 20 núcleos reais de processamento - Total de threads mínimo de 28 - tamanho máximo da memória" (em GB) suportada pelo processador 128GB Memória cache de no mínimo 33 MB; - Cache L2 total de no mínimo 28 MB - Arquitetura 64 bits; - Mínimo de 32 GB instalado, padrão DDR5 5600 MT/s expansível até 128GB- Interface controladora de vídeo integrada - frequência dinâmica da placa gráfica Máxima 1.6 GHz - Disco SSD mínimo de 512GB PCIe NVMe M.2 (Classe 25) GABINETE: Deverá possuir gabinete tipo nano, ou micro com dimensões incorporado a lousa digital integrada. INTERFACES: Frontal, Botão liga/desliga - Indicador de atividade de armazenamento - Porta de áudio universal - USB 3.2 Type-A de 1ª geração - USB 3.2 Type-C de geração 2x2. Traseira, mínimo 2 portas USB padrão 2.0. Type-A - mínimo 2 portas USB 3.2 Type-A de 1ª geração - Slot de cabo de segurança Kensington e anel de cadeado - mínimo 1 porta HDMI 1.4b - mínimo 1 porta DisplayPort 1.4a - Porta Ethernet RJ45 - porta Wi-Fi padrão 802.11 b/g/n/ac. - Bluetooth® wireless card. – fonte de alimentação tipo AC bivolt de 90 watts para rede elétrica de 110V ou 220V. SISTEMA OPERACIONAL: Windows 11 Pro, Português. Idioma: O Processador deverá ser no mínimo da penúltima geração e lançado há no máximo 12 meses; A BIOS deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou esse com direitos (copyright) sobre a BIOS. Não Serão aceitas soluções em regime de OEM ou personalizadas. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no sítio do fabricante; deverá mostrar no monitor de vídeo o nome do fabricante do computador sempre que o computador for inicializado; deverá acompanhar mouse e teclado sem fio do mesmo fabricante do computador. GARANTIA DA LOUSA INTERATIVA: pelo prazo mínimo de 12 meses Instalação e configuração Nas instalações serão		
--	--	--	--



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



		fornechas apenas componentes novos. O local de fixação e a instalação da Lousa Digital Integrada será definido pelo Contratante. A instalação da Lousa Digital Integrada e dos Equipamentos de informática e todas as configurações necessárias para o seu pleno funcionamento será? executada imediatamente após a entrega. A instalação, sincronização e configuração da Lousa Digital Integrada, dos softwares deverão ser feitos no ato da instalação da lousa. INTEGRADO AO PACOTE: Capacitação dos usuários para o uso da Lousa Digital Integrada A empresa a ser contratada deverá por conta de seus próprios recursos realizar um programa de capacitação com o objetivo de formar os usuários para utilização dos recursos solicitados no objeto desse edital, conforme especificado a seguir: Os serviços de capacitação deverão, obrigatoriamente, ser operacionalizados em sessões presenciais, realizadas nas instalações do órgão e com calendário definido de comum acordo entre o órgão e empresa contratada. O conteúdo programático deve focar a efetiva utilização dos equipamentos e das ferramentas da solução no processo de ensino e aprendizagem. Objetivo deve ser em capacitar os usuários para uso da Lousa Digital Integrada e Pacote de softwares e os aplicativos, com aplicação dos recursos em Sala de Aula Interativa. O curso deve ser feito conforme segue: Conceito de aplicações e utilização da Lousa Digital Integrada. O curso deve ser feito em 06 (seis) a 08 (oito) horas aproximadamente, ou conforme programação do Órgão.		
			TOTAL	

2. DOS PREÇOS

2.1. O valor global registrado é de: R\$ XX.XXX,XX.

2.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

3. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de **Pregão nº 0** /2025, juntamente com seus anexos e a proposta da DETENTORA.

4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de publicação do extrato no Diário Oficial Municipal, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 14.133/21, desde que comprovado o preço vantajoso.

5. DO LOCAL, HORÁRIO E PRAZOS PARA ENTREGA/EXECUÇÃO

5.1. Constatada a necessidade dos produtos, o Departamento de Compras, procederá a emissão da Solicitação de Fornecimento (SF), observando-se as condições estabelecidas no edital e seus anexos, na legislação vigente, e na proposta da Contratada, relacionando-se o objeto pretendidos e sua quantidade, bem como os respectivos preços contratados. O prazo para entrega será de **30 (vinte) dias úteis**, contados a partir do envio da SF.

5.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no(s) seguinte(s) local(is) e endereço(s):



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



Local	Endereço	Horário de atendimento
Escola Municipal Fernando Esser – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua Brasil, nº 318, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal Eugênio Mezzon – Educação Infantil, Ensino Fundamental	Rua Melissa, nº 303, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal Santos Dumont – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua Pará, nº 813, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Pré Escola Municipal Pequeno Cidadão – Educação Infantil	Rua Manaus, nº 1000 – Conj. Vereador Altamiro Matias do Amaral, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal Custódia Colbacho Tragueta – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Avenida João Goulart, nº 40, Distrito de Palminópolis-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal José Henrique da Silva – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua Londrina, s/nº – Distrito de Marajó-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz – Nova Aurora	Rua São Jorge, nº 57, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Ribeiro Dias	Avenida JK, s/nº - Distrito de Palminópolis-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Centro Municipal de Educação Infantil Padre Palmiro Finato	Avenida Paraná, s/nº - Vila São Roque, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.

5.4. Juntamente com a entrega dos produtos, a contratada deverá entregar a Nota Fiscal para pagamento, a qual deverá ser emitida de acordo com as informações contidas na SF (quantidade, valor unitário, valor total). Além disso, a Nota Fiscal deverá ser compatível com os produtos, não podendo ser fracionada em relação a quantidade ou produto solicitado via SF.

5.5. O não cumprimento do disposto nos itens anteriores do presente termo acarretará na aplicação das penalidades previstas no edital (notificação extrajudicial, processo administrativo, entre outros) e a consequente convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

5.6. A Solicitação de Fornecimento será enviada pelo Departamento de Compras através de e-mail, àquele informado na proposta da vencedora, e a data deste envio será a referência para o prazo de entrega estipulado no presente termo. Para tanto, os fornecedores deverão manter as informações de seu cadastro atualizadas junto ao Departamento de Compras do Município, e a confirmação de seu recebimento deverá ser manifestada dentro de 24 horas. A alegação do não recebimento da Solicitação de Fornecimento não será aceita como justificativa para a recusa da entrega do material.

5.7. O e-mail cadastrado e informado pela fornecedora será considerado como meio formal de comunicação, inclusive para fins de NOTIFICAÇÃO PRÉVIA em caso de inadimplemento contratual, sendo que a mera comprovação do envio do mesmo por parte do Município, será suficiente para a demonstração da mora da fornecedora, se constituindo em instrumento hábil à deflagração de procedimento administrativo destinado à aplicação das penalidades previstas em lei, no edital e no instrumento contratual.

5.8. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

6. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega/execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. O município reserva-se o direito de não receber o objeto fornecido que não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas no Edital, Termo de Referência e instrumento contratual.



6.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 dias corridos (ou outro prazo a constar na notificação), a contar do envio da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato/ata.

7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A gestão do fornecimento caberá a servidora **Gevaine Debora Brustolin Lima, Secretária de Educação**, que deverá coordenar as atividades relacionadas a fiscalização, bem como aos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.

7.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preços caberá as servidoras **Silvia Kimura, Atendente Administrativa**, juntamente com a fiscal-adjunta **Dauticleia Bozzo Duarte, Assessora Pedagógica**, que deverá realizar o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e avaliar se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração e o monitoramento dos aspectos administrativos exclusivamente dos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

7.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos, conforme art. 120 da Lei 14.133/21.

7.4. O(s) fiscal(is) do instrumento contratual anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do fornecimento, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato/ata de registro de preços para ciência e posterior encaminhamento para autoridade competente para as providências cabíveis.

7.5. As comunicações, notificações, interpelações ou esclarecimentos relativos à fiscalização ou execução do contrato poderão se dar por intermédio do e-mail informado pela licitante na proposta, cabendo à vencedora manter o cadastro atualizado para tal finalidade, salientando ainda que os prazos serão considerados pela administração a partir da data do envio da mensagem independente de recibo ou confirmação de leitura.

7.6. Compete ao gestor e ao(s) fiscal(is) do contrato/ata de registro de preços conhecer as normas, as regulamentações e os padrões estabelecidos pela Secretaria de Administração Geral, Órgão de Controle Interno e demais legislações correlatas, quanto às suas atribuições e responsabilidades.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: quantidade, marca, fabricante, valores, isenções, entre outros, conforme o caso.

8.2. Realizar a entrega do objeto utilizando-se de transporte, ferramentas, materiais e mão de obra próprios e/ou às suas custas, salvo quando a especificação do objeto explicitamente constar de forma diferente.

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

8.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir,



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto com avarias ou defeitos ou com prazo de validade diversa ao exigido no presente Termo.

8.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

8.6. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.7. Manter, durante toda a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.8. Manter, durante toda a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, seus dados atualizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente.

8.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

8.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de ata de registro de preços.

8.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.12. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do fornecimento:

9. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, disponibilizando local, data e horário.

9.2. Acompanhar o fornecimento, podendo recusá-lo caso não esteja de acordo com as normas e exigências presentes no Edital e no Termo de Referência.

9.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do fornecimento para com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

9.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.5. Promover, através do fiscal indicado, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à fornecedora e à Administração, as ocorrências que exijam, a seu ver, medidas corretivas por parte daquela.

9.6. Comunicar a Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

9.7. Efetuar o pagamento a Contratada, no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos.

9.8. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber.

9.9. Ressarcir a Contratada, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização.

9.10. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

9.11. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

9.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.



10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

10.2. A NF deverá ser emitida obrigatoriamente com o número de CNPJ e demais dados da empresa participante, conforme documentação apresentada, bem como deve conter o nº da licitação, nº do contrato/ata de registro de preços e nº da Solicitação de Fornecimento.

10.3. O faturamento deverá ser realizado em nome do **MUNICÍPIO DE NOVA AURORA, CNPJ nº 76.208.859/0001-52, Rua São João, nº 354, CEP 85.410-000, Nova Aurora, Paraná.**

10.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.4.1. o prazo de validade;

10.4.2. a data da emissão;

10.4.3. os dados do contrato/ata de registro de preços e do órgão contratante;

10.4.4. o período respectivo de execução;

10.4.5. o valor a pagar; e

10.4.6. eventuais descontos de valores referentes a retenções tributárias aplicáveis.

10.5. Para liberação do pagamento à empresa, as notas fiscais deverão ser entregues/enviadas acompanhadas de:

10.5.1. prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

10.5.2. prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;

10.5.3. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.6. A não apresentação dos documentos exigidos no subitem anterior, implicará, na suspensão do pagamento das faturas até a satisfação total das exigências.

10.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

10.8. No caso de atraso no pagamento pelo Contratante, os valores devidos ao contratado deverão ser acrescidos de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N° de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

10.9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela detentora/contratada em sua proposta atualizada.

10.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.13. A empresa regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.14. A detentora fica obrigada a constar no corpo ou rodapé quando das emissões das notas fiscais, informação relativo ao regime tributário de enquadramento ao simples nacional, se for o caso, caso não seja optante ao regime, estas deverão vir indicadas de percentual de alíquota e o valor de retenção do Imposto de Renda (IR), para que essa municipalidade possa proceder com a retenção obrigatória de competência municipal do Imposto de Renda na fonte, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, observando as disposições do Decreto Municipal nº 376/2023, disponível em:

https://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/111/280823141925_decreto3762023_pdf.pdf.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. As despesas provenientes deste processo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Funcional	Natureza da despesa	Código da despesa	Fonte
06	004	12.361.0036.1112	4.4.90.52.00	288	000
06	004	12.361.0036.1112	4.4.90.52.00	288	103
06	004	12.361.0036.1112	4.4.90.52.00	288	104
06	004	12.361.0036.2260	4.4.90.52.00	305	104
06	004	12.361.0036.2262	4.4.90.52.00	325	000
06	004	12.361.0036.2262	4.4.90.52.00	325	103
06	004	12.361.0036.2262	4.4.90.52.00	325	104
06	004	12.361.0049.1110	4.4.90.52.00	328	000
06	004	12.361.0049.1110	4.4.90.52.00	328	103
06	004	12.361.0049.1110	4.4.90.52.00	328	104
06	004	12.361.0078.1111	4.4.90.52.00	333	000
06	004	12.361.0078.1111	4.4.90.52.00	333	103
06	005	12.365.0035.2264	4.4.90.52.00	348	000
06	005	12.365.0035.2264	4.4.90.52.00	348	103
06	005	12.365.0035.2264	4.4.90.52.00	348	104
06	005	12.365.0035.2265	4.4.90.52.00	361	000
06	005	12.365.0035.2265	4.4.90.52.00	361	103
06	005	12.365.0049.1114	4.4.90.52.00	369	000
06	006	12.367.0075.2267	4.4.90.52.00	379	000
06	007	12.361.0006.2268	4.4.90.52.00	391	000
06	007	12.361.0006.2268	4.4.90.52.00	391	103

12. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data base do orçamento estimado, isto é, **mês de junho de 2025**.

12.2. O preço registrado poderá ser atualizado, a pedido do FORNECEDOR, a cada 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da licitação, adotando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) como índice de reajustamento de preço.

12.3. O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme o art. 136 da Lei n.º 14.133/21.

12.4. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

13. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS PREÇOS

13.1. A revisão dos preços dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessidades justificadas, dos pareceres dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente, seguindo as normativas do Decreto Municipal 090/2024.

13.2. Caso no decorrer da vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços haja supressão ou aumento de preços será permitido o reequilíbrio econômico-financeiro.



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



13.3. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será realizado preferencialmente através do protocolo geral do município ou pelo e-mail administracao@novaaurora.pr.gov.br e deverá ser instruído com:

- a) Número do Contrato ou da Ata de Registro de Preços a que se refere;
- b) Item(s) e/ou Lote(s) para o (s) qual(is) é solicitado reequilíbrio de preços;
- c) Justificativa e fatos do desequilíbrio;
- d) Percentual (%) solicitado no reequilíbrio do preço por item e/ou lote;
- e) Documentos que comprovem o preço praticado quando da formulação da proposta, da assinatura do contrato/ata ou da emissão da primeira Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, e também o preço praticado quando do protocolo do requerimento de reequilíbrio.

13.4. Quanto aos documentos citados na alínea e), deve-se dar preferência às notas fiscais de compra dos produtos ou das matérias-primas emitidos para a própria empresa, ou, na impossibilidade de apresentação, poderão ser usados orçamentos, documentos contábeis, planilhas de custos, contratos ou documentos firmados com seus fornecedores, notas fiscais de outras empresas do mesmo ramo, dentre outros documentos hábeis a comprovar o desequilíbrio.

13.5. O pedido de reequilíbrio pela requerente não a desobriga ou autoriza a suspender a regular execução do contrato ou ata de registro de preços, razão pela qual eventual atraso na execução sujeitará a empresa às penalidades cabíveis.

13.6. Quando o pedido de reequilíbrio referir-se a item individual que compõe o custo global do produto ou serviço, deverá ser apresentada planilha detalhada ou equivalente, contendo o custo de cada item constante da proposta inicial em confronto com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular proporcionalmente à majoração do insumo requerido.

13.7. Eventual concessão do reequilíbrio somente produzirá efeitos sobre o saldo contratual, contados da data do requerimento.

13.8. Os prazos para análise e decisão acerca do reequilíbrio econômico financeiro constam non Decreto Municipal 090/2024.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não comprovar a existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, quando o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 24 e no § 4º do art. 25 do Decreto Municipal nº 505/2023.

14.3. De acordo com as razões causadoras do cancelamento dos preços, o contratado será responsabilizado administrativamente, aplicando-se as possíveis sanções previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

14.4. O cancelamento do registro, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Mun. de Nova Aurora e publicado no Diário Oficial do Município.

15. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES

15.1. É vedada a utilização desta Ata de Registro de Preços por outros órgãos, sendo para utilização



exclusiva do órgão gerenciador.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

16.2. O licitante ou o contratado, será responsabilizado administrativamente, nos termos da lei, pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total do contrato/ata de registro de preços;
- b) deixar de entregar a documentação exigida;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- g) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.3. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de idoneidade para licitar ou contratar.

16.4. A sanção será aplicada mediante a natureza, a gravidade e a reprovabilidade da infração cometida, assim, a Administração considerará:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.5. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.6. A multa não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

16.6.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

16.6.2. Na aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. É cabível a aplicação de multa cumulativamente com todas as outras sanções dispostas nos incisos do artigo 156 da Lei 14.133/21.

16.8. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei 14.133/21.

16.9. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação (ou do registro de preços) estão previstas na minuta da Ata de Registro de Preços/Contrato.



Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

Capital Paranaense da Tilápia

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

Capital Nacional da Tilápia

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



16.11. Para procedimentos que ensejem a abertura de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR), serão aplicadas as disposições do Decreto Municipal nº 583/2024.

17. DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução do fornecimento, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta licitação, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

18. DA PUBLICIDADE

18.1. O Extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado na imprensa Oficial do Município pelo MUNICÍPIO, em cumprimento ao disposto no art. 89, da Lei nº 14.133/21.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A **DETENTORA** deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação modalidade **Pregão nº 0__/2025**.

19.2. Fica eleito o foro da comarca de Nova Aurora/PR para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata.

19.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/21 e alterações posteriores, além de demais normas aplicáveis.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Nova Aurora, Paraná, **XX de XXXXXX de 2025**.

[NOME DO CHEFE DO EXECUTIVO MUN.]
PREFEITO MUNICIPAL
MUNICÍPIO

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
DETENTORA

TESTEMUNHAS: